

---

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO DE 2024 – TRIMESTRE 1

---



## ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	8
2. INTRODUÇÃO .....	8
2.1 Objetivo .....	8
2.2 SCOPO .....	9
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED).....	9
3.1 Setor do Desenvolvimento Econômico .....	9
3.2 Setor Desenvolvimento da Infraestrutura .....	10
3.3 Setor Enquadramento Institucional .....	11
3.4 Setor Capital Social.....	12
4. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA.....	13
4.1. ORÇAMENTO ALOCADO NAS CATEGORIAS ECONÔMICAS PARA AS ENTIDADES.....	14
4.2. Orçamento destinado nas categorias económicas para RAEOA.....	19
5. Execução por período.....	20
6. Linhas Ministeriais e Agências Públicas Autónomas.....	21
6.1 Linhas Ministeriais.....	21
6.2 Agência Públicas Autónomas .....	22
6.3. Fundo Infraestrutura .....	24
6.4. As entidades que não realizaram gastos no 1º trimestre .....	25
7. ORÇAMENTO POR PROGRAMAS .....	26
7.1 Programas que não registraram despesas nos primeiros três meses .....	27
8. AUTORIDADES MUNICIPAIS .....	28
9. COFOG .....	31
9.1 Classificação das Funções do Governo – COFOG .....	31
10. Alterações Orçamentais .....	32
11. Receitas recolhidas.....	34
11.1. Receitas da Administração Central .....	34
11.2. Receitas da RAEOA .....	36

## Lista de gráficos e tabelas

Gráfico 1: Reflete a execução do setor Desenvolvimento Econômico:.....	9
Gráfico 2: Setor Desenvolvimento Infraestrutura.....	10
Gráfico 3: Apresenta a composição do setor de Enquadramento Institucional .....	11
Gráfico 4: Mostra o orçamento alocado e despesas no setor Capital Social .....	12
Gráfico 5: Categorias Económicas .....	13
Gráfico 6: Apresenta 5 maiores orçamentos alocado na categoria SV .....	14
Gráfico 7: As entidades com maior orçamento alocado, juntamente com suas despesas na categoria BS .....	15
Gráfico 8: Ilustra a maior alocação orçamentária com suas despesas na categoria TP .....	16
Gráfico 9: Apresenta as entidades que receberam maior alocação orçamentária, acompanhada de suas despesas no CM .....	17
Gráfico 10: Apresenta maior orçamento alocado e as Despesas na categoria CD .....	18
Gráfico 11: Orçamento alocado e suas despesas dentro da categoria económica.....	19
Gráfico 12: Orçamento alocado com suas despesas na categoria económica .....	20
Gráfico 13: Reflete a projeção da execução das despesas do 1º trimestre .....	20
Gráfico 14: Mostra 5 Linhas Ministeriais com maior orçamento alocado .....	21
Gráfico 15: Mostra 5 Linhas Ministeriais com menor orçamento alocado .....	22
Gráfico 16: Apresenta as 5 entidades com maior orçamento alocado na AAs .....	23
Gráfico 17: Apresenta as 5 entidades com menor orçamento alocado na AAs .....	24
Gráfico 18: Programas do Fundo Infraestrutura que realizaram gastos no 1º trimestre.....	25
Gráfico 19: Maior orçamento alocado e despesas por programas .....	26
Gráfico 20: 5 Menor orçamento alocado nos programas .....	27
Gráfico 21: Mostra orçamento alocados e despesas realizadas na Autoridade Municipais .....	29
Gráfico 22: Execução do orçamento por programas nos municípios .....	30
Gráfico 23: Apresenta e orçamento alocado e despesas do COFOC no 1º trimestre .....	31
Gráfico 25: Receitas arrecadadas da RAEOA - 1º trimestre 2024.....	36
Tabela 1: Apresentam – se as 4 entidades que não realizaram os gastos.....	26
Tabela 2: Mostra 10 programas que não realizaram os gastos no I trimestre.....	29
Tabela 3: Transferências entre as categorias no primeiro trimestre.....	33
Tabela 4: Transferências orçamentais das entidades no I trimestre de 2024.....	34
Tabela 5: Receitas do subsetor da Administração Central, por classificação económica.....	35
Tabela 6: Receitas do subsetor da RAEOA do 1º trimestre.....	37

---

## Abreviação

Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL), I.P.	APORTIL, I.P.
Autoridade Municipal de Aileu	AM AIL
Autoridade Municipal de Ainaro	AM AIN
Autoridade Municipal de Covalima	AM COV
Autoridade Municipal de Lautém	AM LAU
Autoridade Municipal de Liquiçá	AM LIQ
Autoridade Municipal de Manufahi	AM MNFH
Autoridade Municipal de Manatuto	AM MNTT
Autoridade Municipal de Viqueque	AM VQQ
Agência de Desenvolvimento Nacional, I.P.	ADN, I.P.
Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P.	TradeInvest, I.P
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica	ANAAA
Arquivo e Museu da Resistência Timorese	AMRT
Arquivo Nacional de Timor-Leste, I.P	ANTL, I.P.
Autoridade Administrativo de Ataúro	AA Ataúro
Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste, I.P.	AACTL, I.P.
Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar	AIFAESA
Autoridade de Proteção Civil	APC
Autoridade Municipal de Baucau	AM BCU
Autoridade Municipal de Bobonaro	AM BBNR
Autoridade Municipal de Díli	AM DILI
Autoridade Municipal de Ermera	AM ERM
Autoridade Nacional de Comunicações, I.P.	ANC, I.P.
Autoridade Região Administrativa Especial Oecusse Ambeno – RAEOA	RAEOA
Centro de Logístico Nacional	CLN
Centro Nacional Chega! I.P	CNC! IP

Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional – Tibar, I.P.	CNEFP, I.P.
Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, I.P.	CNFP, I.P.
Centro Nacional de Reabilitação, I.P.	CNR, I.P.
Classification of functions of government	COFOG
Comissão Anti – Corrupção	CAC
Comissão da Função Pública	CFP
Comissão Nacional de Eleições	CNE
Conselho de Imprensa	CI
Ministério do Coordenador dos Assuntos Sociais	MCAS
Dalan Ba Futuro – Timor-Leste	DBF-TL
Dotações Geral do Estado	DGE
Falintil – Força de Defesa de Timor Leste	F-FDTL
Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano	FDCH
Fundo Reserva Segurança Social	FRSS
Fundo Especial de Desenvolvimento Ataúro	FEDA
Fundo Especial de desenvolvimento de Região Administrativa Especial De Oecusse Ambeno	FED RAEOA
Fundo das Infraestruturas	FI
Orçamento Geral do Estado	OGE
Government Resource Planning	GRP
Hospital Nacional Guido Valadares	HNGV
Imprensa Nacional de Timor-Leste, I.P.	INTL, I.P.
Inspeção-Geral do Estado	IGE
Inspeção-Geral do Trabalho	IGT
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	IADE
Instituto de Defesa Nacional	IDN
Instituto de Gestão de Equipamento e Apoio ao Desenvolvimento De Infraestrutura	IGEADI

Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu	BAMBU
Instituto Nacional da Administração Pública	INAP
Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia	INCT
Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP	INCSIDA, IP
Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Medicamentos	INFPM
Instituto Nacional Segurança Social	INSS
Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra	INDIMO
Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança, IP	INDDICA
Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, I.P.	IQTL, I.P.
Instituto Politécnico de Betano	IPB
Lei de Enquadramento Orçamental no 02/2022	LEO
Line Ministries and Secretaries of State	LMSS
Millennium Challenges Accounts de Timor Leste	MCA
Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	MCAE
Ministério da Administração Estatal	MAE
Ministério da Defesa	MD
Ministério da Justiça	MJ
Ministério da Saúde	MS
Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	MSSI
Ministério das Finanças	MF
Ministério das Obras Públicas	MOP
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	MESCC
Ministério do Interior	MI
Ministério do Petróleo e Minerais	MPM
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	MNEC
Ministério dos Transportes e Comunicações	MTC
Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	MACLN
Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária	MDRHC

Ministério da Agricultura Pecuária, Pesca e Floresta	MAPPF
Ministério do Comércio e Industria	MCI
Ministério da Educação	ME
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	MPIE
Ministério do Turismo e Ambiente	MTA
Ministério de Juventude, Desporto, Arte e Cultura	MJDAC
Autoridade Nacional do Petróleo	ANP
Instituto Nacional de Saúde Publica de Timor Leste	INSPTL
Comissão Nacional de Aprovisionamento	CNA
Gabinete da Fronteira e Terrestre e Marítima	GFTM
Parlamento Nacional	PN
Instituto de Petróleo e Geologia	IPG
Planning Programming Budgeting	PPB
Polícia Científica de Investigação Criminal	PCIC
Policia Nacional de Timor Leste	PNTL
Presidência da República	PR
Presidência do Conselho de Ministros	PCM
Primeiro-Ministro	PM
Procuradoria-Geral da República	PGR
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	PDHJ
Agência Pública Autónomas	APA
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	SEFOPE
Secretaria de Estado de Cooperativas	SECOOP
Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	SEII
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	STAE
Serviço de Registo e Verificação Empresarial, I.P.	SERVE, I.P.
Serviço Nacional de Ambulância e Emergência Médica	SNAEM
Serviço Nacional de Inteligência	SNI

Serviço de Apoio à Sociedade Civil e Auditoria Social	SASCAS
Serviços e Entidades com Autonomia Financeira Alargada	SEAFAs
Plano Estratégico Desenvolvimento	PED
TATOLI - Agência Nacional de Timor-Leste, I.P.	TATOLI, I.P.
Tecnologias da Informação e Comunicação I.P	TIC TIMOR I.P.
Tribunais	TR
Unidade de Missão para o Combate ao Stunting	UNIMCS
Universidade Nacional de Timor Lorosa'e	UNTL
Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos	VPM-AE
Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Sociais	VPM-AS
Salários e Vencimentos	SV
Bens e Serviços	BS
Transferências Publicas	TP
Capital Menor	CM
Capital de Desenvolvimento	CD

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório apresenta as dotações orçamentais e despesas para Ministérios e Secretários de Estado (LMSS), Agências Públicas e Institutos (PAIs) e para a Região Administrativa Especial de Oecusse Ambeno (RAEOA) juntamente com os municípios. Além disso, o relatório irá analisar despesas e dados orçamentais utilizando diferentes dimensões categóricas monitorizadas pelos sistemas orçamentais de Timor-Leste, como a classificação das funções do governo (COFOG), as categorias de apropriação económica, os setores definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011 – 2030.

## 2. INTRODUÇÃO

### 2.1 Objetivo

A Direção Geral do Planeamento e Orçamento, através da Direção Nacional do Orçamento, pretende produzir três relatórios trimestrais e um relatório anual sobre as dotações, despesas, e realocações orçamentais em Timor-Leste. Os relatórios funcionam como fonte de informação para as partes interessadas do sector público, parceiros técnicos e financeiros, sector privado e sociedade civil em geral.

O Orçamento Geral do Estado de 2024 foi aprovado pelo Parlamento Nacional no dia 20 de dezembro de 2023, com montante final de 2,237,618,655.00 USD. O OGE foi distribuído aos três subsetores, para subsetor Administração Central 2,237,482,506.00 USD, subsetor Segurança Social (incluindo FRSS) 347.618.655 USD e subsetor RAEOA 60.000.000 USD.

A diretiva de materialidade de Timor-Leste estabelece que o governo deve gastar 25% do orçamento no 1<sup>o</sup> trimestre, contudo, os gastos no 1<sup>o</sup> trimestre foram executados ligeiramente abaixo do previsto, e a taxa de execução total do Governo apresenta 9.5%.

## 2.2 SCOPO

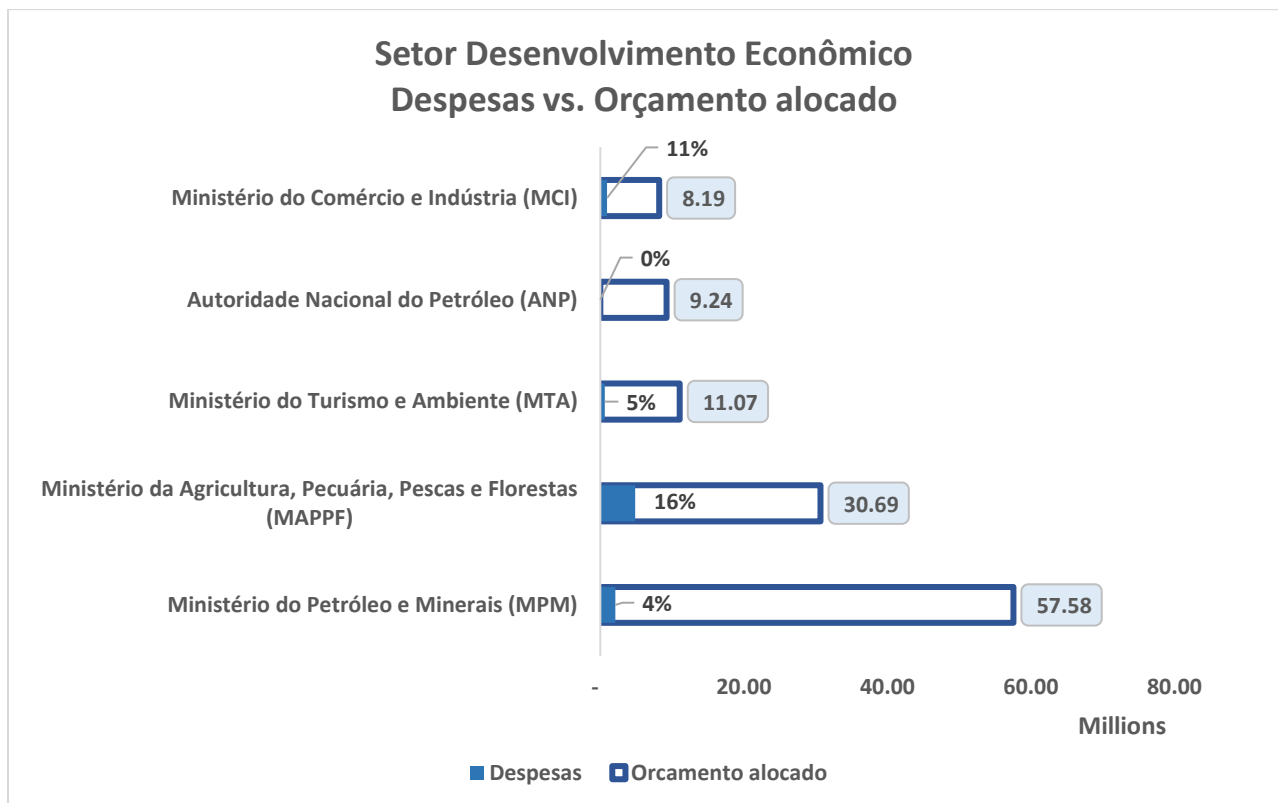
O presente Relatório reporta a execução do Orçamento Geral do Estado e as despesas realizadas no período de Janeiro a Março de 2024.

## 3. Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)

Nesta seção, pretendemos oferecer uma visão abrangente da execução do orçamento por classificação através do Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011 – 2030) de Timor – Leste, visando alcançar metas de longo prazo para melhorar a qualidade de vida da população e promover a estabilidade económica do país.

### 3.1 Setor do Desenvolvimento Económico

Gráfico 1: Reflete a execução do setor Desenvolvimento Económico:



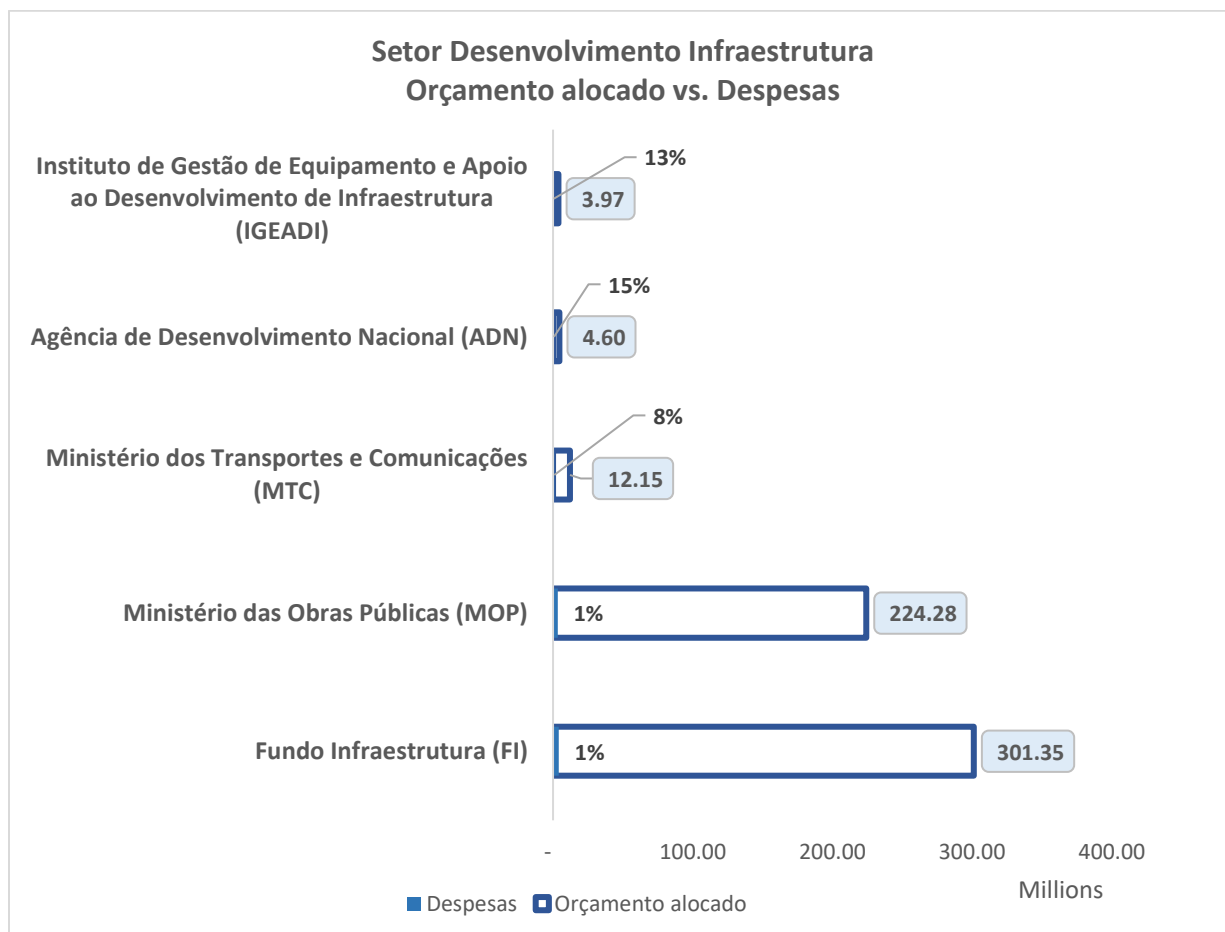
Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

No setor do desenvolvimento económico, o MPM apresenta a maior fatia de orçamento e atingiu uma taxa de execução de 4%. A nível de categoria, o maior orçamento foi distribuído em TP 26,500,000.00 USD.

Posteriormente, o MAPPF teve o segundo maior orçamento alocado e apresenta taxa de execução de 16%. Em termos de categoria, o maior orçamento foi em BS. As menores taxas de execução são apresentados pelos MTA e MCI, com taxas de 5% e 11%, respetivamente. A ANP não realizou os gastos no 1º trimestre.

### 3.2 Setor Desenvolvimento da Infraestrutura

Gráfico 2: Setor Desenvolvimento Infraestrutura

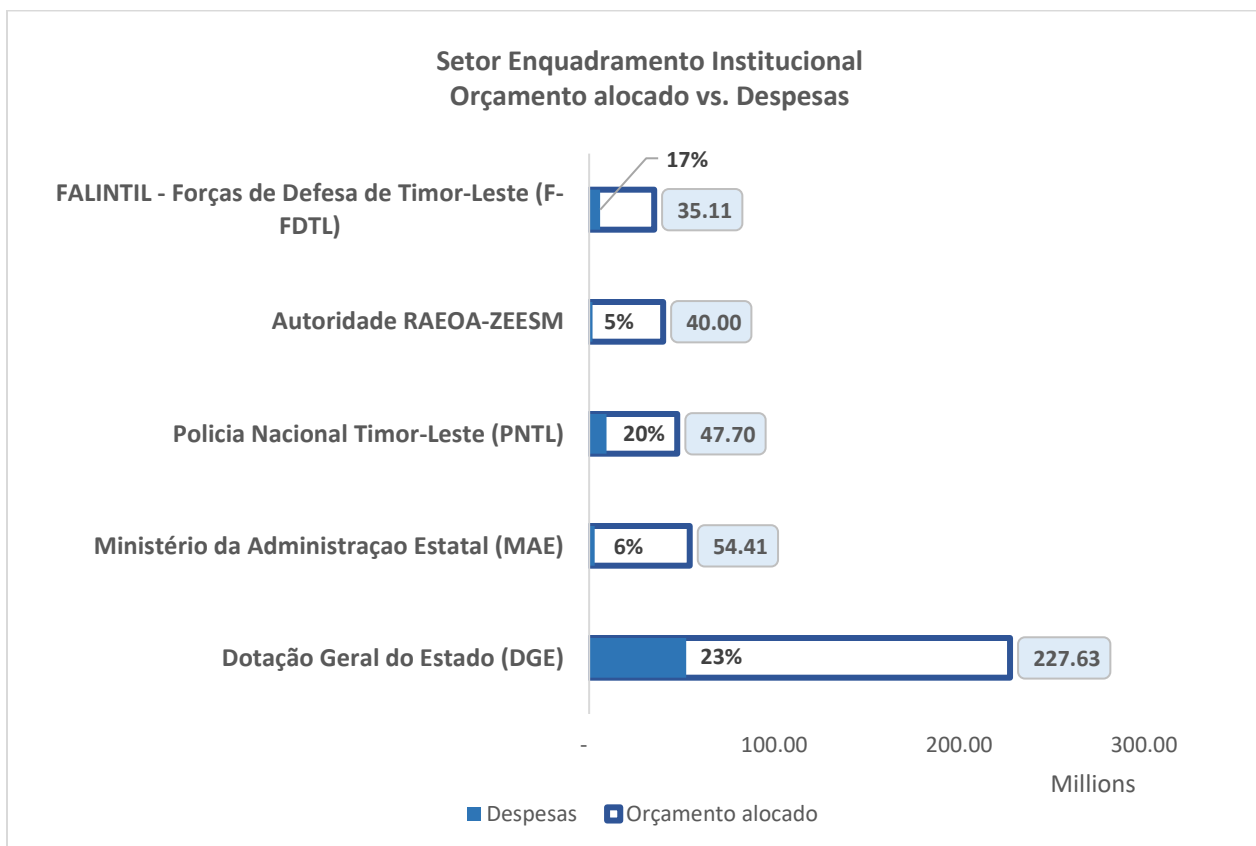


Fonte: IFMISU- MoF, abril 2024

O Fundo Infraestrutura apresenta a maior porção de orçamento alocado no setor de Desenvolvimento Infraestrutura, seguido pelo MOP, ambos com apenas 1% das despesas realizadas no 1º trimestre. O maior orçamento do FI foi destinado para o CD. Enquanto isso, o MTC, ADN e IGEADI correspondem a taxas de execução de 8%, 15% e 13%, respetivamente.

### 3.3 Setor Enquadramento Institucional

Gráfico 3: Apresenta a composição do setor de Enquadramento Institucional

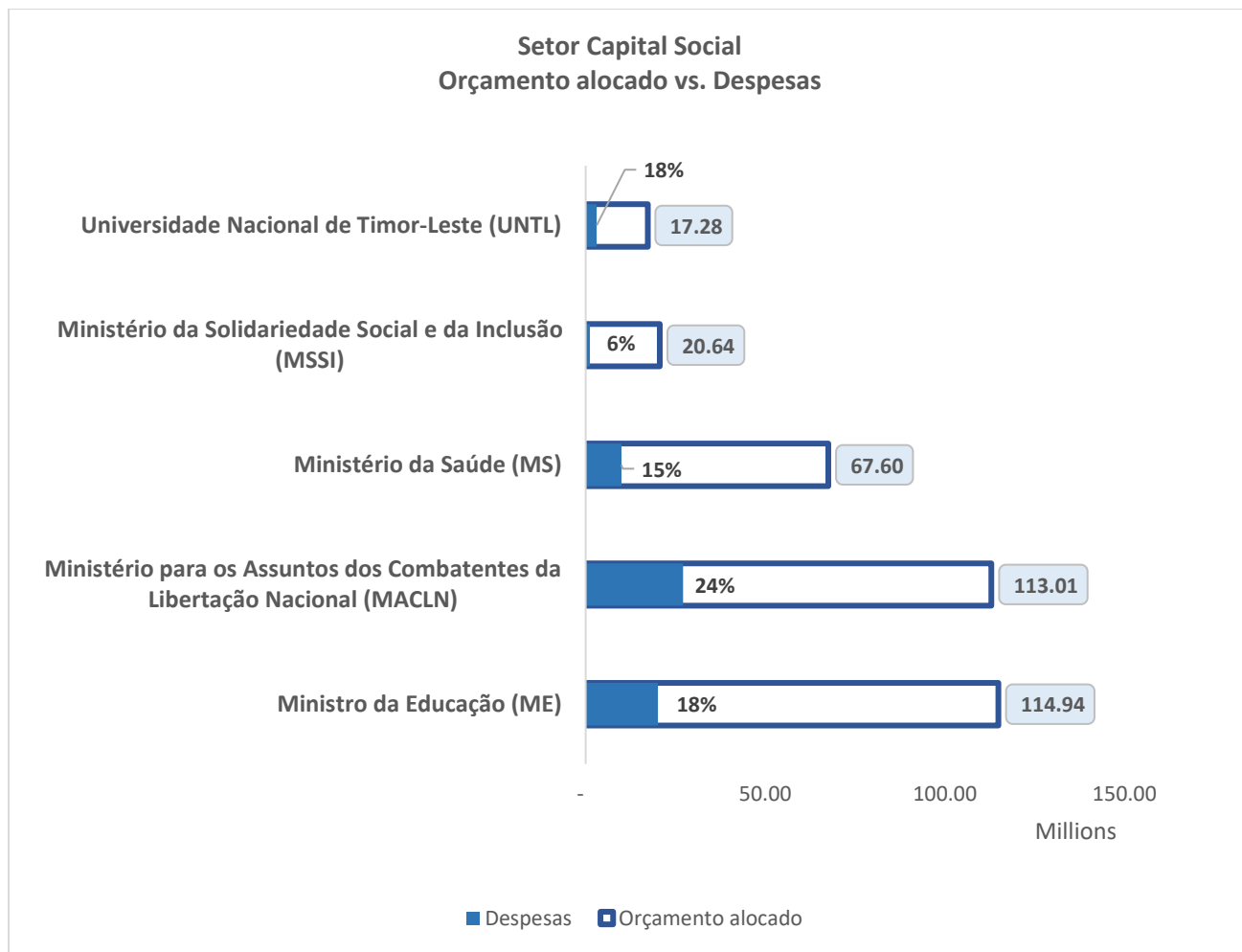


Fonte: IFMISU, MoF

De acordo com os dados referentes ao 1º trimestre de 2024, a DGE foi o maior orçamento alocado neste setor, correspondendo uma taxa de execução de 23%. O maior orçamento foi alocado na categoria de TP. Por outro lado, Autoridade RAEOA-ZEESM e MAE apresentam as menores taxas de execução, 5% e 6%, respetivamente, enquanto, a PNTL e F-FDTL com 20% e 17%, respetivamente.

### 3.4 Setor Capital Social

Gráfico 4: Mostra o orçamento alocado e despesas no setor Capital Social

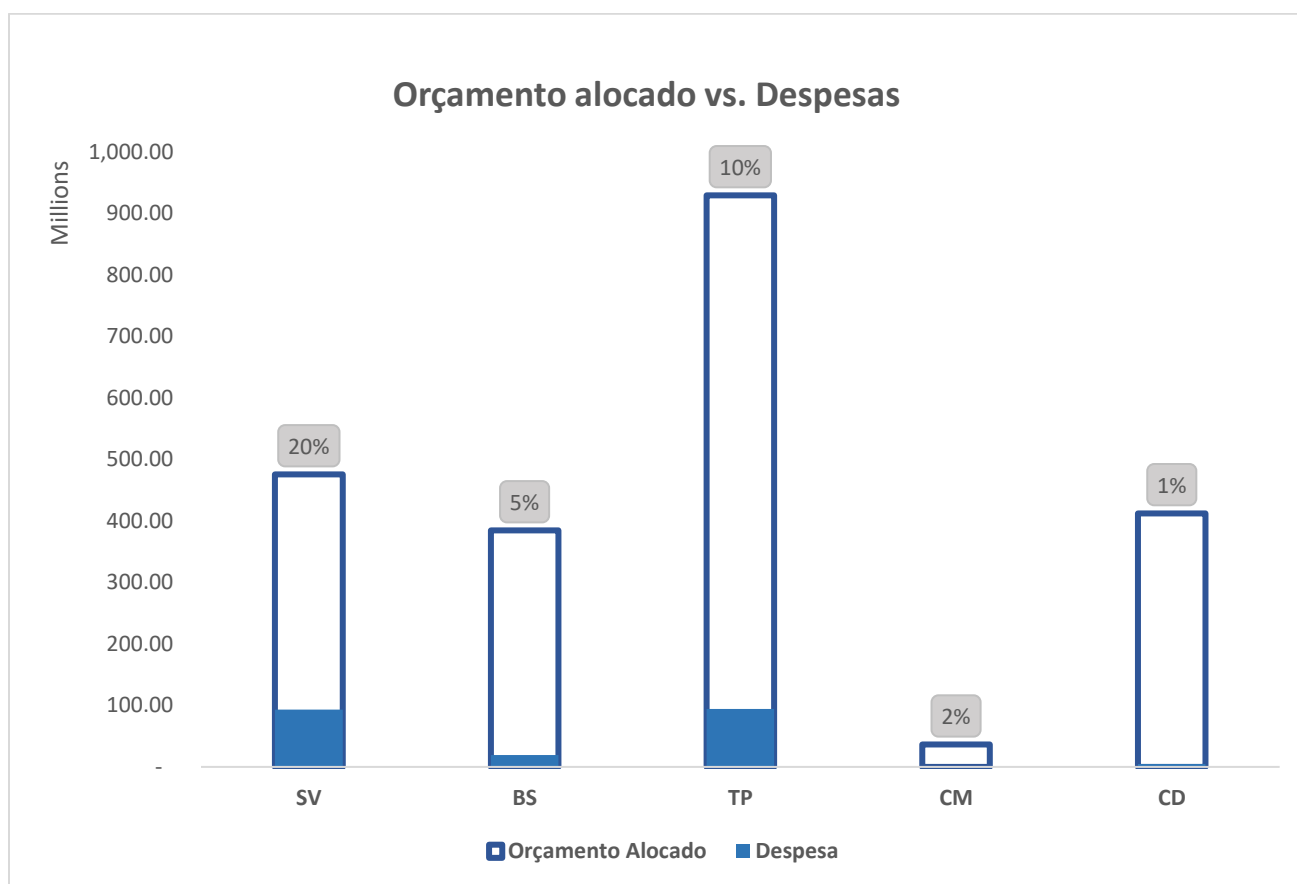


Conforme apresentado no gráfico 4, a maior parte do orçamento alocado no setor do Capital Social foi para o ME com maior alocação do orçamento na SV, seguido pelo MACLN, que apresenta uma taxa de execução de 24%, o maior orçamento foi destinado na TP. Enquanto o ME tem 18%. Por outro lado, o MS executou 15% do seu orçamento, assim como o MSSI realizou apenas 6% de despesas e a UNTL executou 18% do seu orçamento no 1º trimestre.

#### 4. CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Em 2024, o OGE foi distribuído às 5 categorias económicas. Na categoria de SV 475,490,900.82 USD, BS 384,475,121.18 USD, TP 929,152,364.00 USD, CM 36,253,980.00 USD e CD 412,246,289.00 USD. Conforme o que mostra no gráfico 5, em termos de execução, a categoria de SV apresenta uma taxa de execução maior de 20% e em seguida a TP com 10%. Por outro lado, BS, CM e CD corresponde a uma taxa de execução relativamente menor de 5%, 2% e 1%, respectivamente, no 1º trimestre.

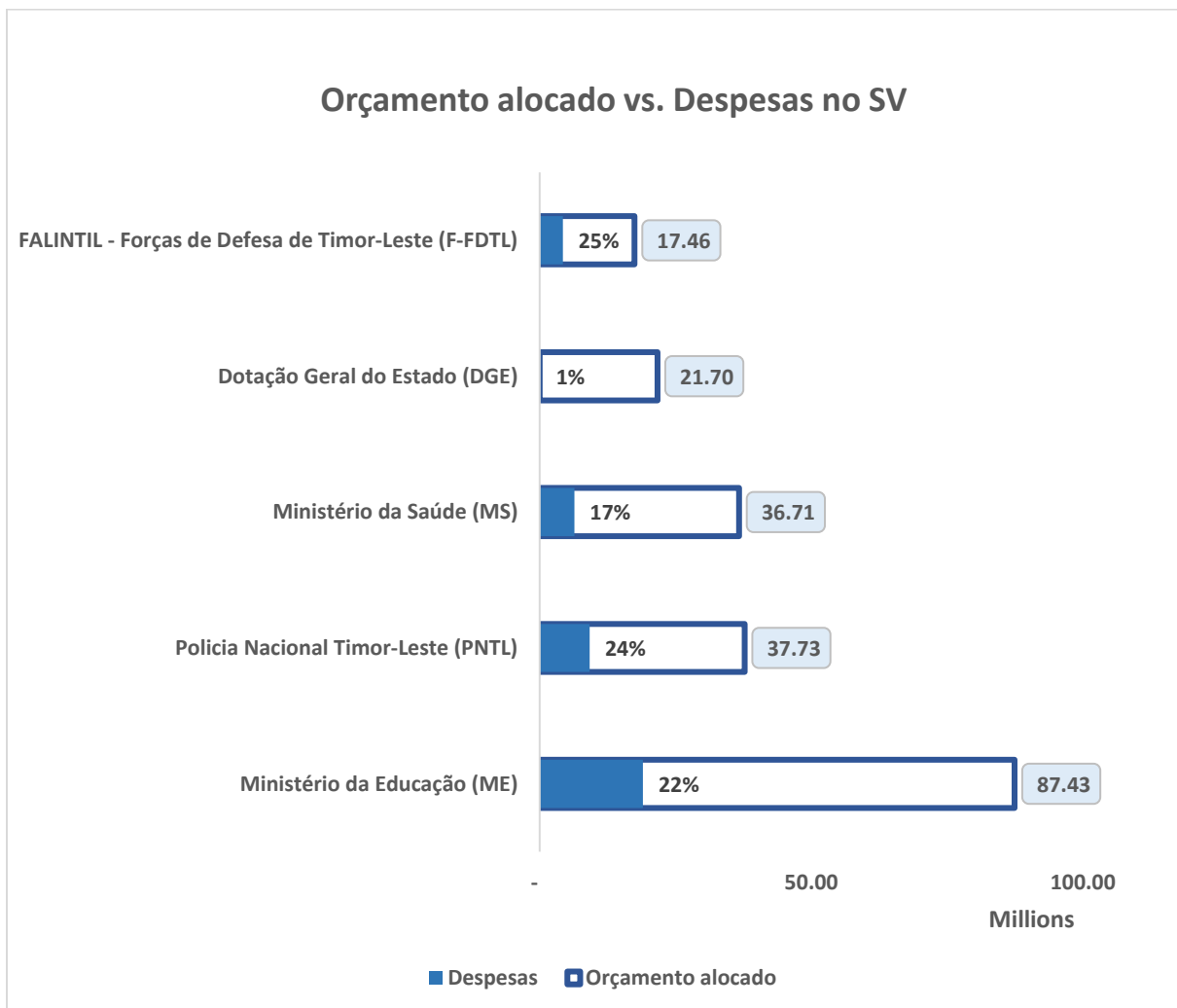
Gráfico 5: Categorias Económicas



Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

#### 4.1. ORÇAMENTO ALOCADO NAS CATEGORIAS ECONÔMICAS PARA AS ENTIDADES.

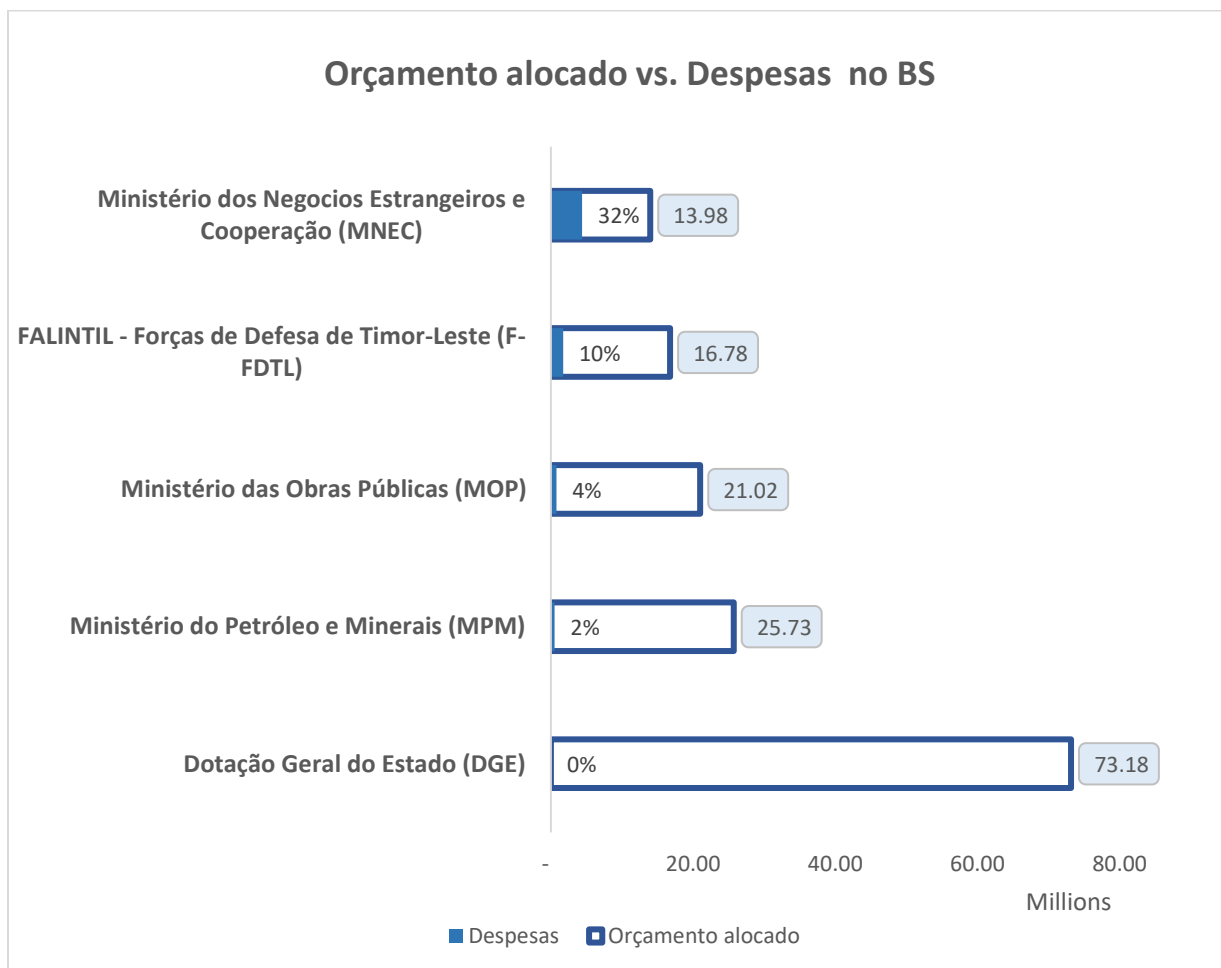
Gráfico 6: Apresenta 5 maiores orçamentos alocado na categoria SV



Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

O maior orçamento alocado na categoria de SV foi para o ME com as despesas realizadas de 22%. A PNTL apresenta uma taxa de execução de 24%, o MS atingiu 17%, e a DGE teve apenas 1% de execução do seu orçamento e a F-FDTL executou 25% do seu orçamento no 1º trimestre deste ano.

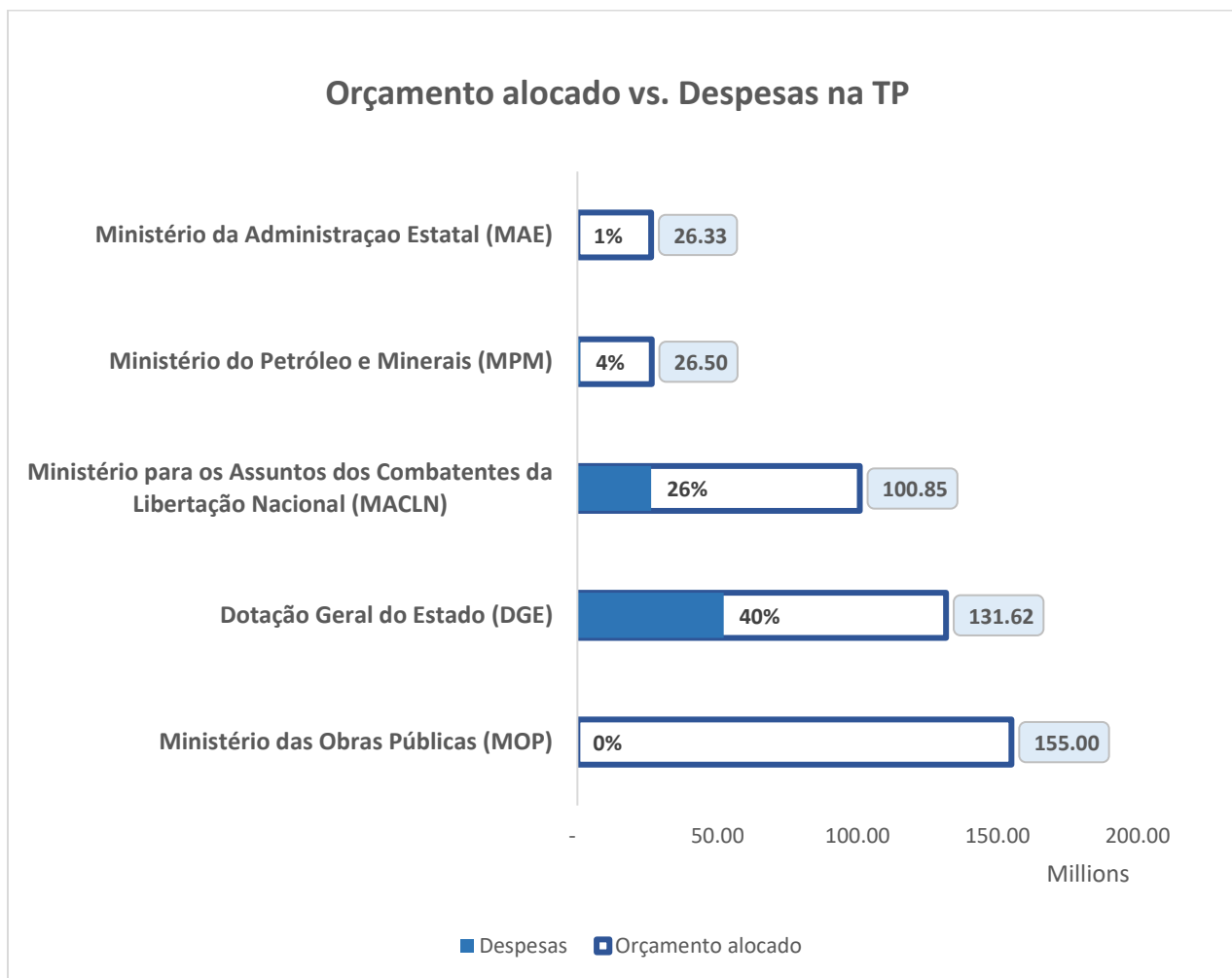
Gráfico 7: As entidades com maior orçamento alocado, juntamente com suas despesas na categoria BS



Fonte: IFMISU- MoF, abril 2024

Conforme ilustrado no gráfico 7, a DGE apresenta o maior orçamento destinado na categoria de BS, mas não realizou nenhuma despesa no 1º trimestre, enquanto o MNEC executou 32% do seu orçamento e o MPM, MOP e F-FDTL apresentam uma taxa de execução de 2%, 4% e 10%, respetivamente.

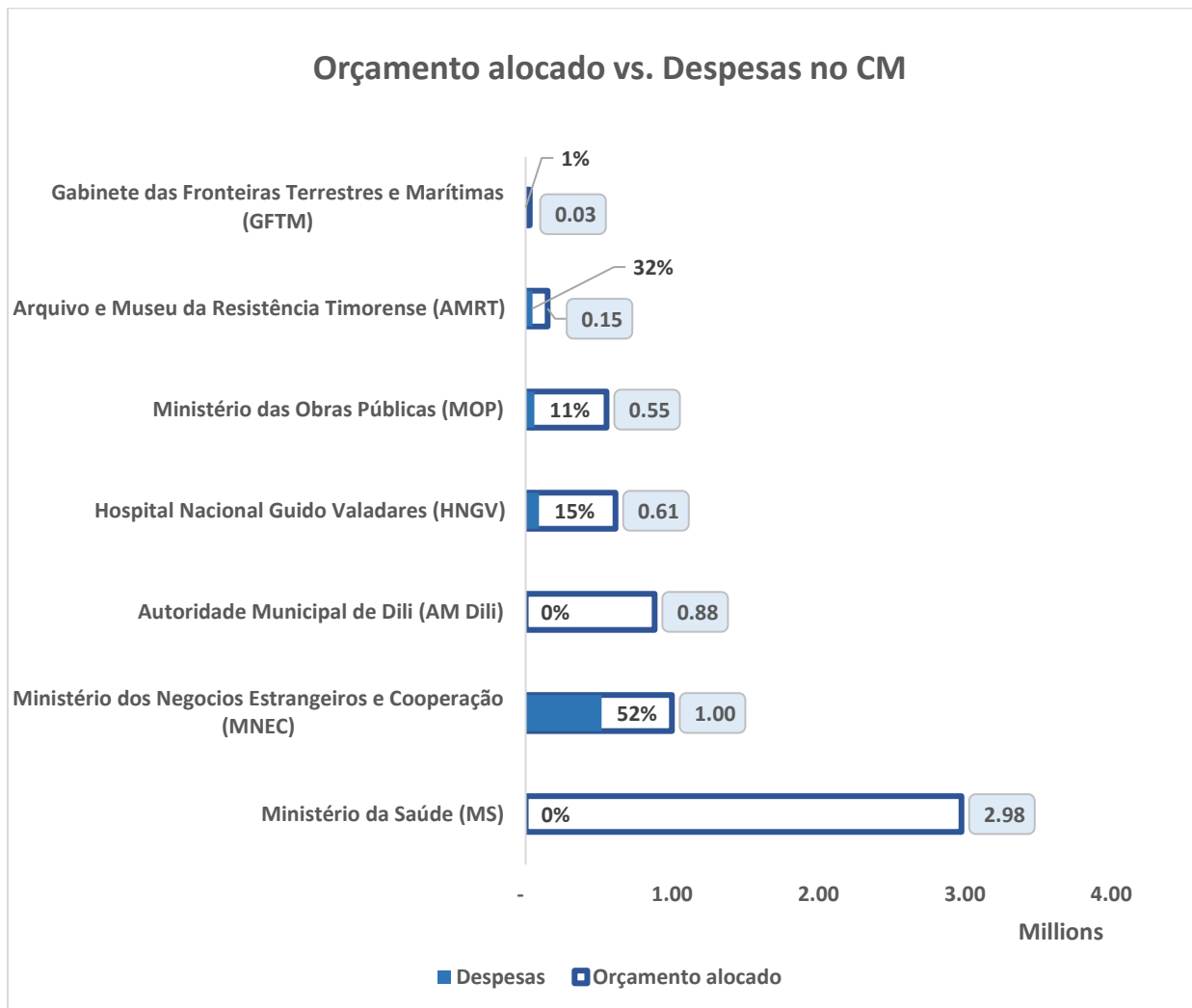
Gráfico 8: Ilustra a maior alocação orçamentária com suas despesas na categoria TP



Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

Relativamente na categoria de TP, o MOP possui a maior parte do orçamento e não efetuou nenhum gastos no 1º trimestre. No entanto, a DGE apresenta a maior execução, com 40%, e em seguida pelo MACLN com 26%, o MPM executou 4% e o MAE executou apenas 1 % do seu orçamento nesta categoria ate o final do 1º trimestre.

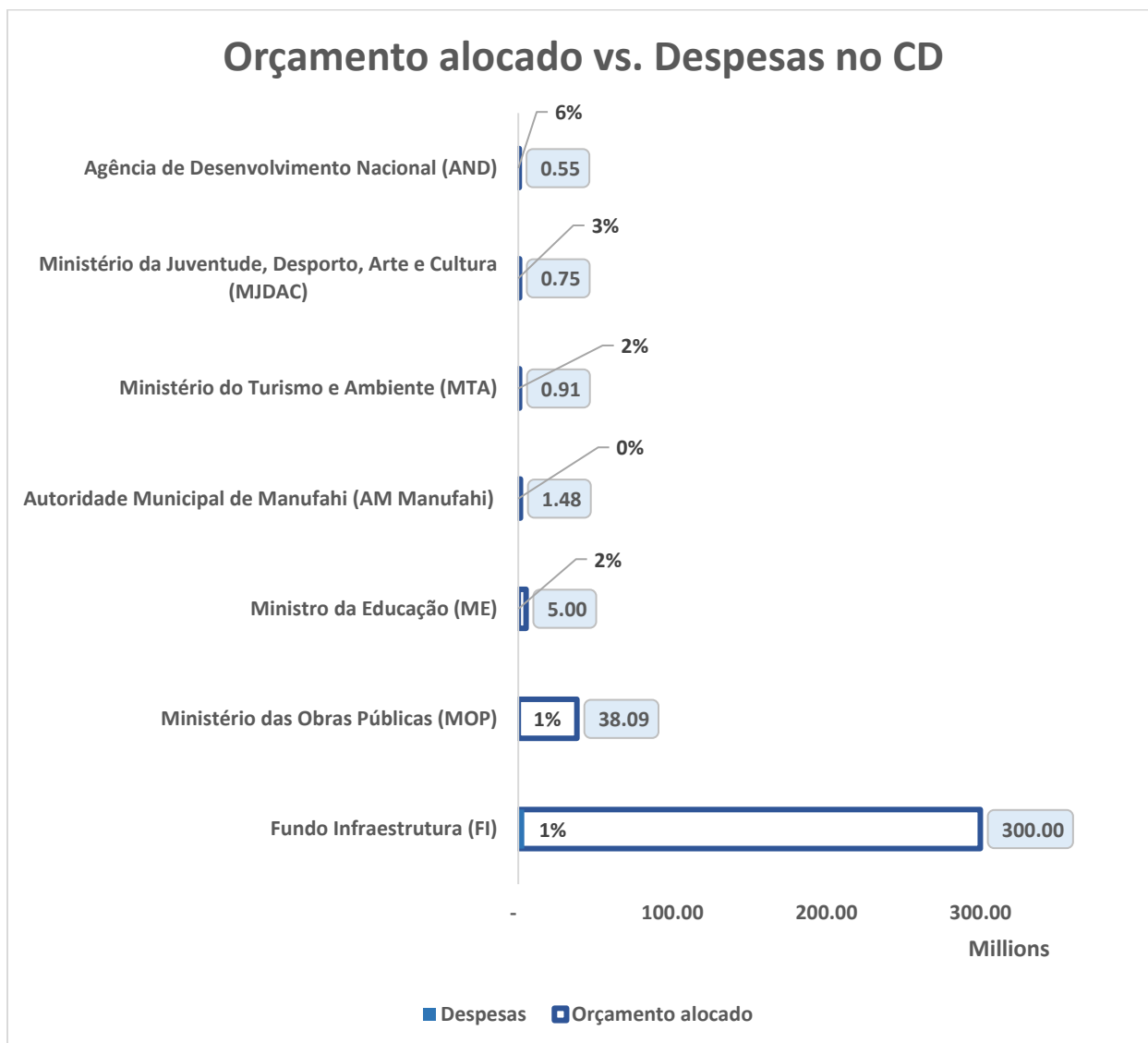
Gráfico 9: Apresenta as entidades que receberam maior alocação orçamentária, acompanhada de suas despesas no CM



Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

Há 79 entidades que alocaram seus orçamentos na categoria de CM, mas apenas 7 entidades realizaram os gastos no 1º trimestre, como pode ser observado no gráfico acima. O gráfico ilustra que o MS e AM Díli e GFTM apresentam uma taxa de execução relativamente fraca, enquanto o MNEC com maior taxa de execução 52% nesta categoria e o MOP e HNGV apresentam uma taxa de execução 11% e 15%, respetivamente.

Gráfico 10: Apresenta maior orçamento alocado e as Despesas na categoria CD



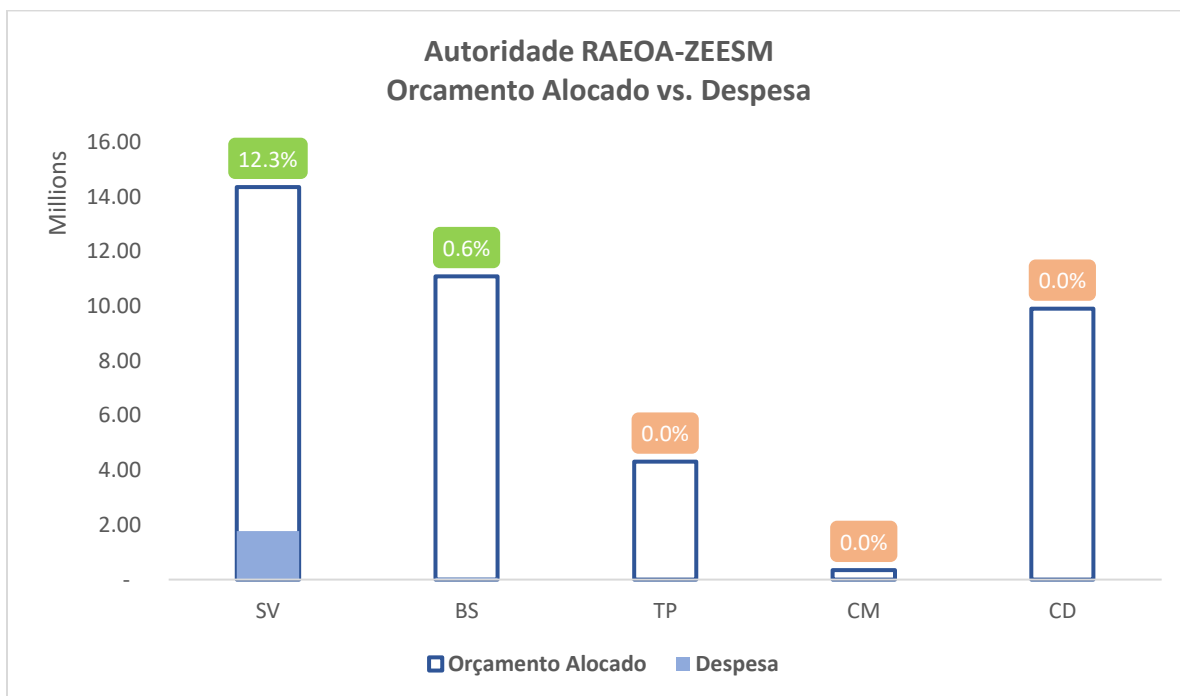
Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

Conforme os dados expostos, há 52 entidades que alocaram seus orçamentos na categoria de CD, no entanto, apenas 7 entidades efetuaram gastos no 1º trimestre. O maior orçamento foi destinado ao FI, seguido pelo MOP, ambos correspondendo à mesma taxa de execução. Por outro lado, a entidade que apresenta a maior taxa de execução foi na ADN, com 6%, enquanto a AM Manufahi apresentou a menor execução nesta categoria. ME, MJDAC e MTA apresentam taxas de execução de 2%, 3% e 2%, respectivamente.

## 4.2. Orçamento destinado nas categorias económicas para RAEOA

Em 2024, o orçamento alocado para Autoridade RAEOA – ZEESM foi de 40,000,000.00 USD, apresentando uma taxa de execução de 4.6%. Por outro lado, o Fundo Estratégico de Desenvolvimento - RAEOA recebeu um montante de 20,000,000.00 USD, mas sua taxa de execução foi apenas de 0.5% no 1º trimestre.

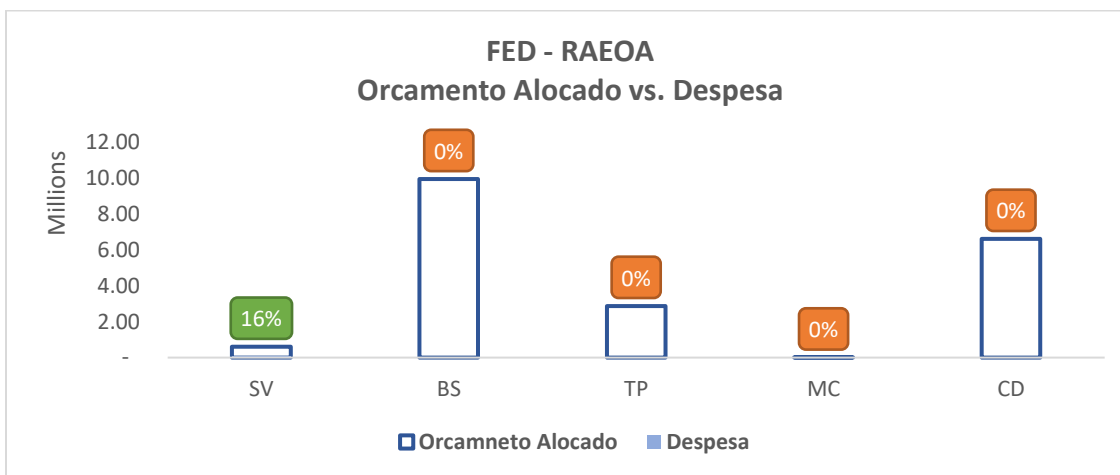
Gráfico 11: Orçamento alocado e suas despesas dentro da categoria económica



Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

A maior parte do orçamento alocado pela Autoridade RAEOA-ZEESM foi em SV, com 14,351,592.00 USD, sendo que 12.3% desse valor foi gasto no 1º trimestre. Em seguida, o orçamento alocado em BS foi de 11,090,833.00 USD, apresentando uma taxa de execução de 0.6%. Enquanto, outras categorias como TP, CM e CD com orçamento alocado, mas não efetuaram nenhuma despesa no 1º trimestre.

Gráfico 12: Orçamento alocado com suas despesas na categoria económica

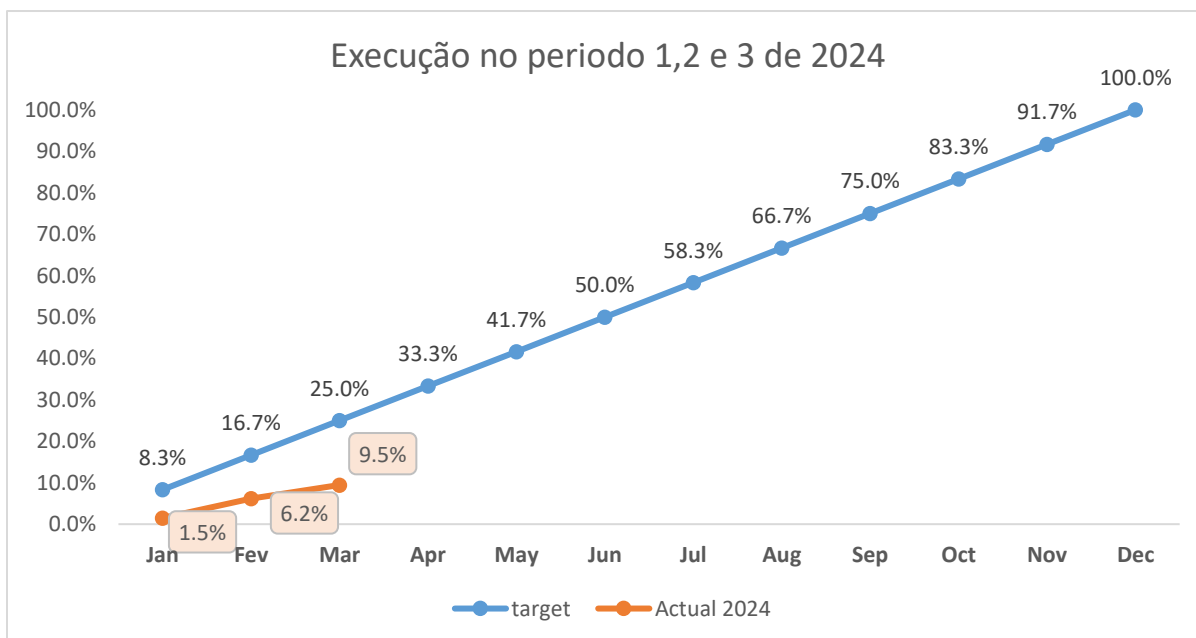


Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

No FED-RAEOA, o orçamento alocado para todas as categorias económicas, mas apenas a categoria SV executou o orçamento no 1º trimestre, atingindo 16%.

## 5. Execução por período

Gráfico 13: Reflete a projeção da execução das despesas do 1º trimestre



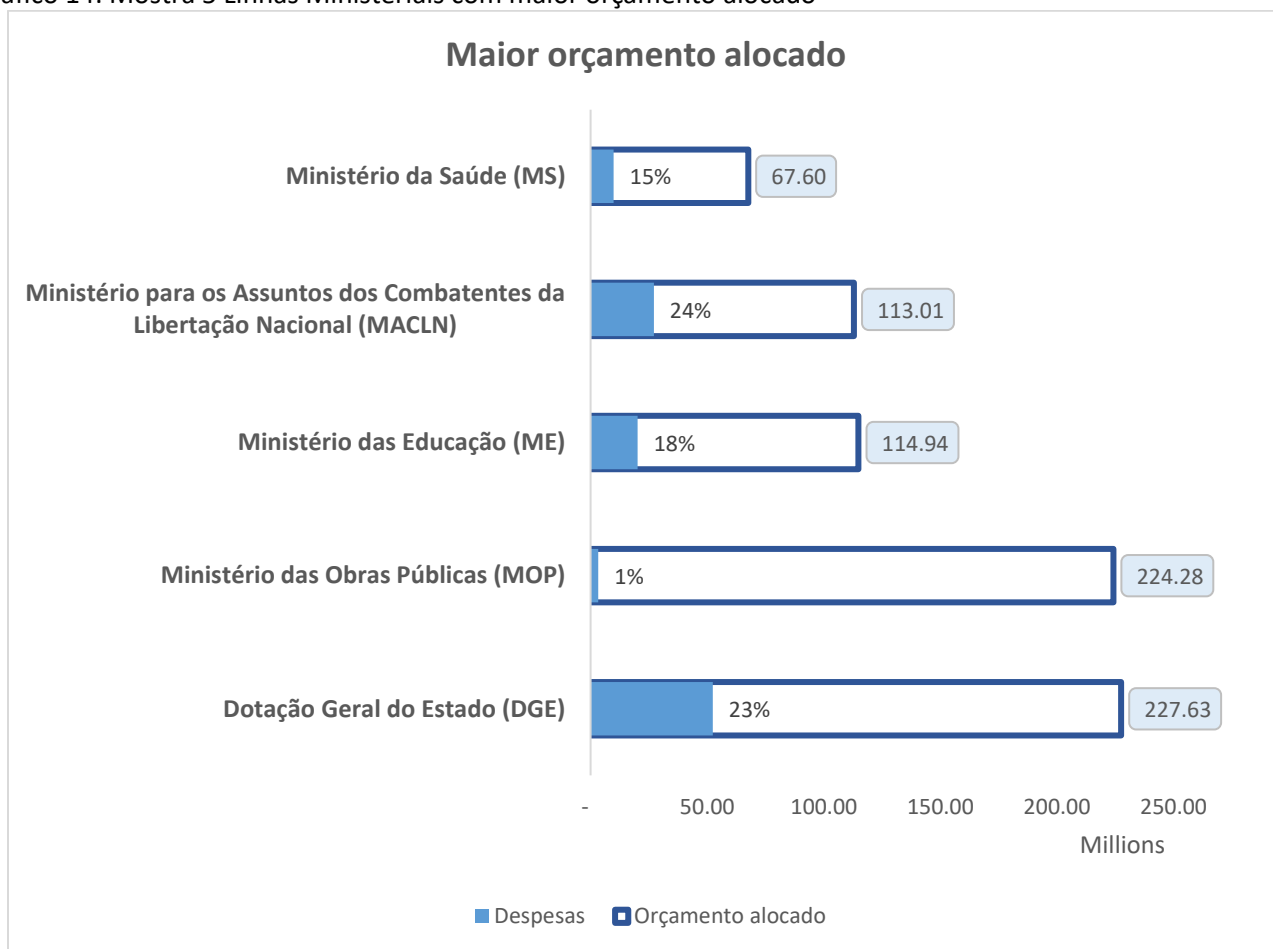
Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

A projeção da execução cumulativa mostra a previsão dos gastos realizados das entidades ao longo do 1º trimestre. Portanto, a diretiva de materialidade de Timor-Leste estabelece que o governo deve gastar 25% do orçamento no 1º trimestre, mas os gastos não estão de acordo com o previsto, ou seja, a execução deste trimestre foi apenas 9.5%.

## 6. Linhas Ministeriais e Agências Públicas Autónomas

### 6.1 Linhas Ministeriais

Gráfico 14: Mostra 5 Linhas Ministeriais com maior orçamento alocado

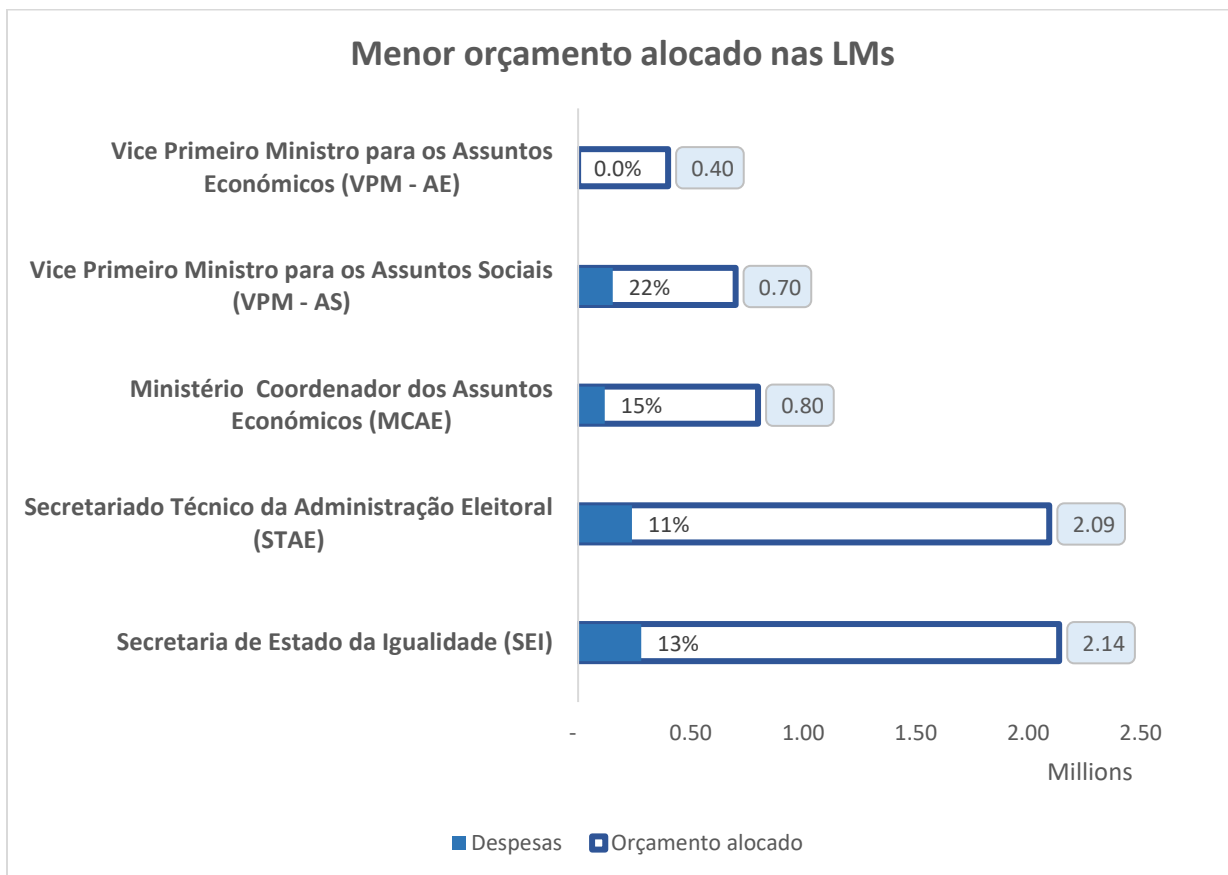


Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

No OGE de 2024, a maior alocação orçamentária foi para a DGE e corresponde a uma taxa de execução de 23%. No 1º trimestre, entre os cinco apresentados o MACLN que apresenta uma

taxa de execução maior, com 24%, enquanto o MOP corresponde uma taxa de execução baixa de 1%. O ME e MS apresenta taxas de execução de 18% e 15%, respetivamente.

Gráfico 15: Mostra 5 Linhas Ministeriais com menor orçamento alocado



Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

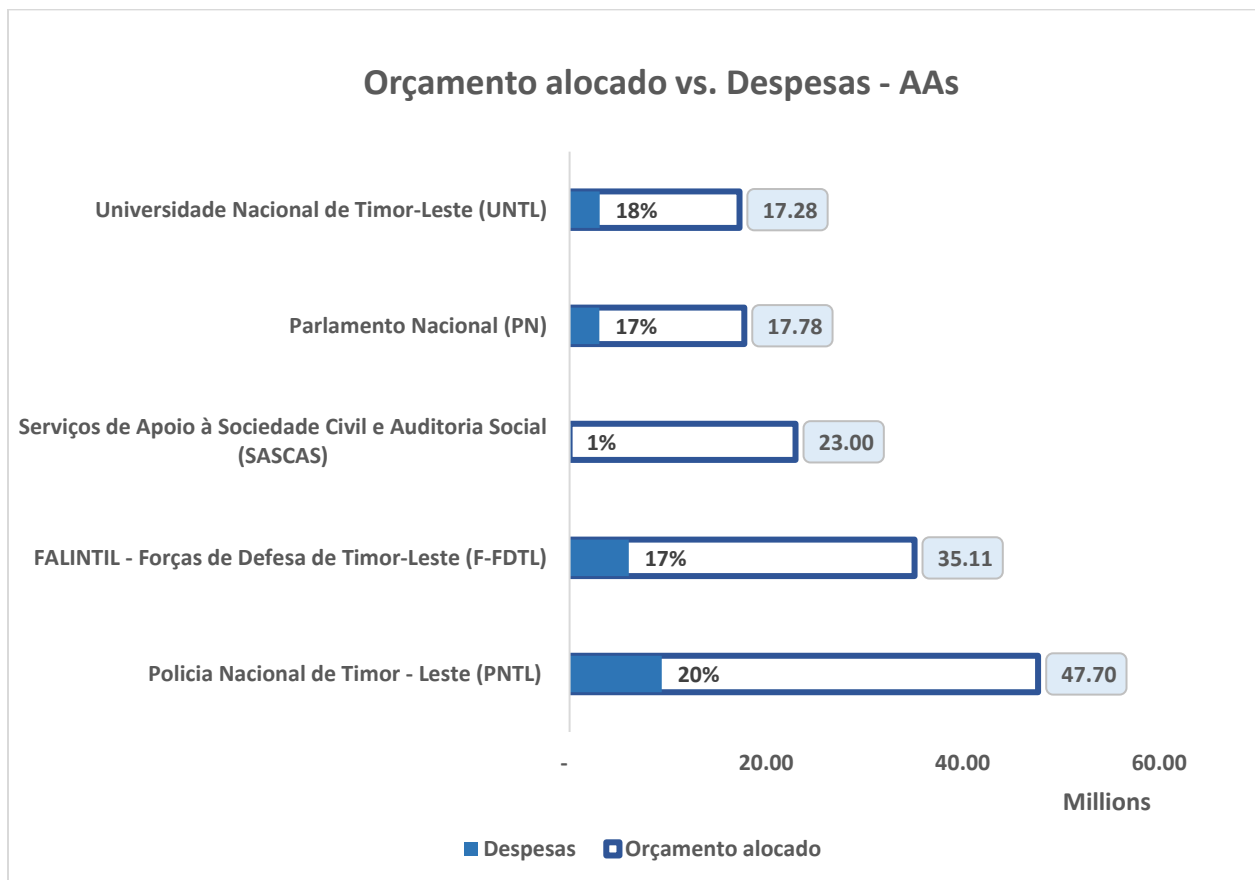
Entre os menores orçamentos alocados, o VPM-AS apresenta uma taxa de execução de maior de 22%, seguido pelo MCAE com 15%. E STAE e SEI apresentam uma taxa de execução de 11% e 13%, respetivamente. No entanto, o VPM-AE não realizou nenhuma despesa no 1º trimestre.

## 6.2 Agência Públicas Autónomas

Tal como apresentado no gráfico 15, as 5 Agencias que correspondem ao maior orçamento alocado e seus respetivos gastos. No 1º trimestre, a despesa realizada pela PNTL registrou 20%. Enquanto

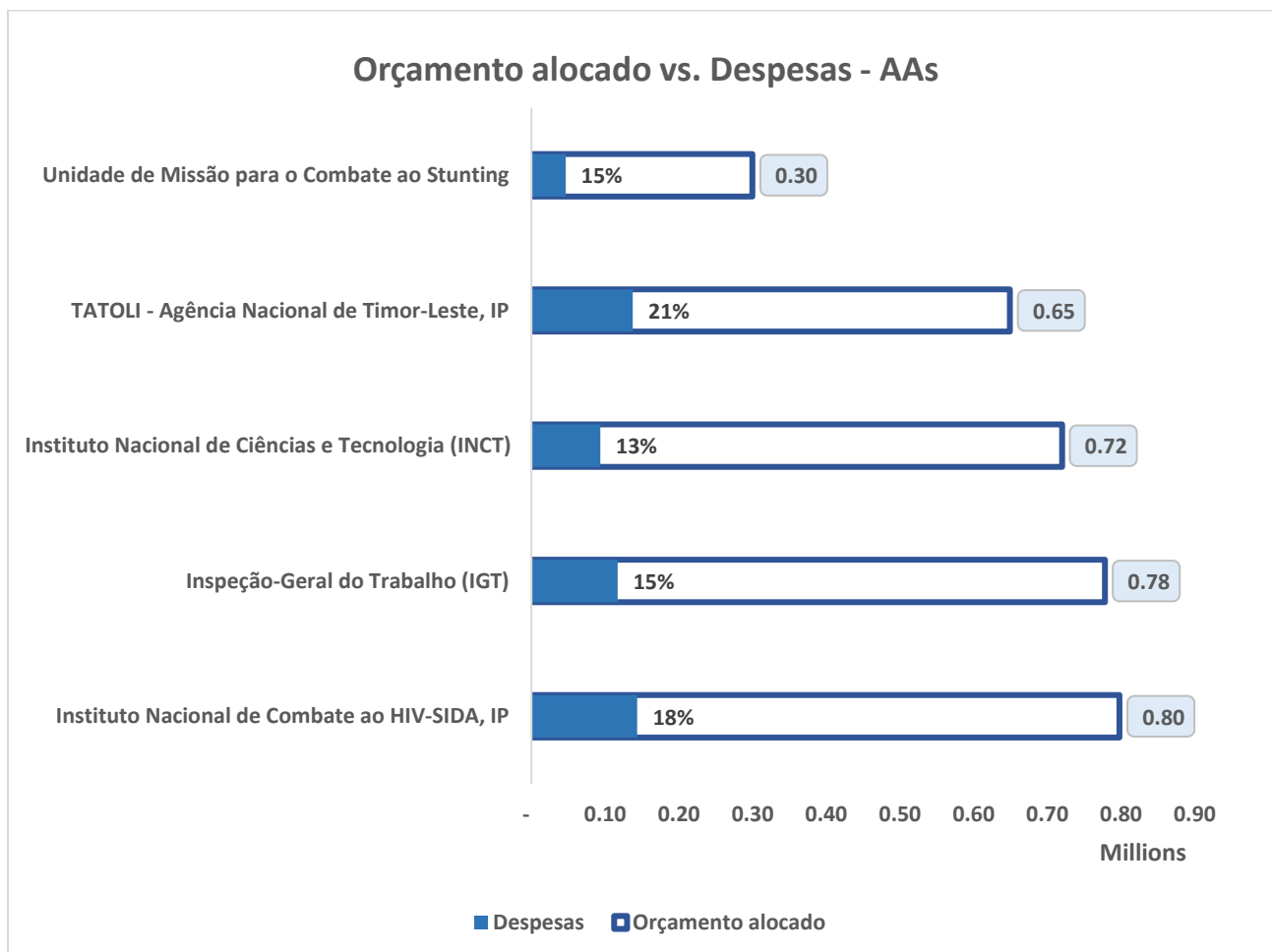
isso, a F-FFDTL e o PN atingiram a mesma taxa de execução, 17%, e a UNTL teve gastos de 18%. A menor taxa de execução foi representada pela SASCAS, com 1%.

Gráfico 16: Apresenta as 5 entidades com maior orçamento alocado na AAs



Fonte: IFMISU – MoF, abril 2024

Gráfico 17: Apresenta as 5 entidades com menor orçamento alocado na AAs



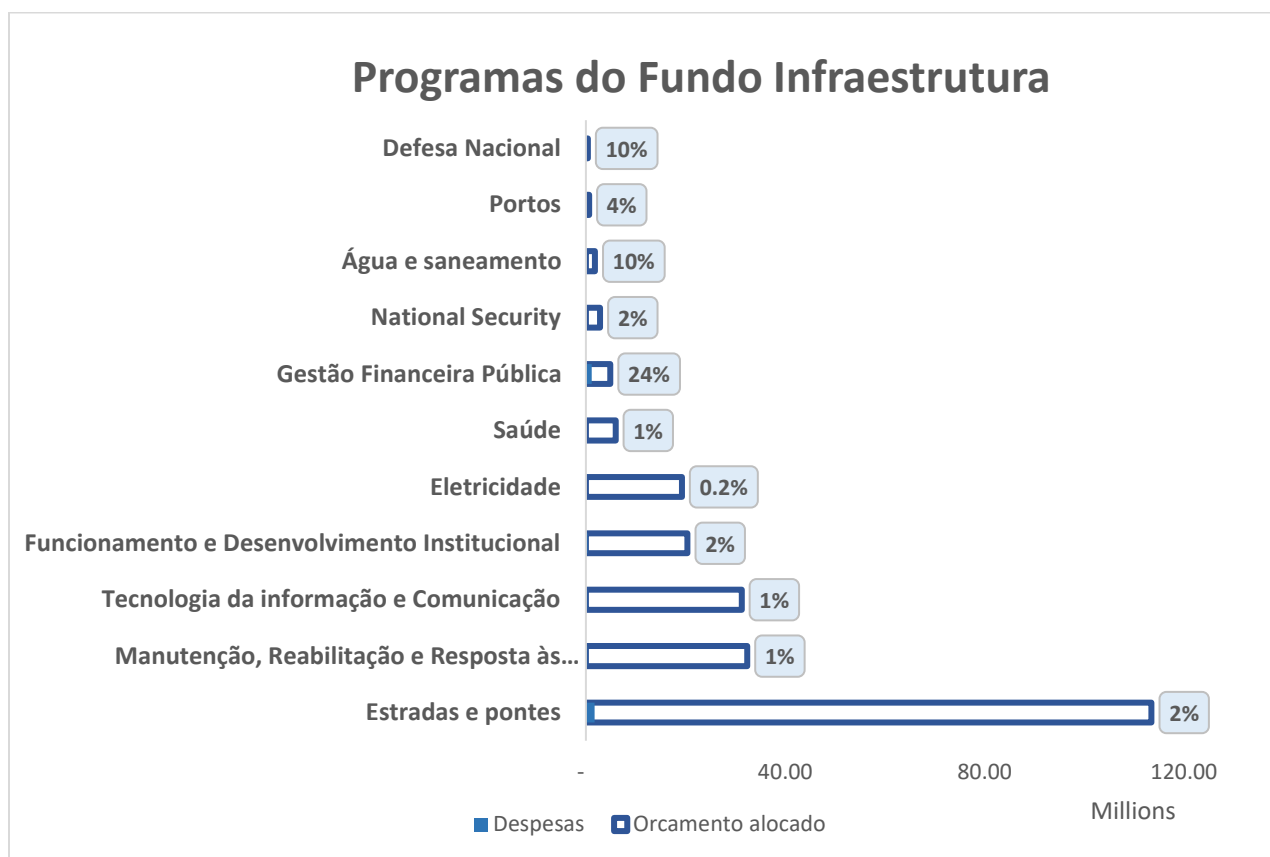
Fonte: IFMISU – MoF, abril 2024

No gráfico 17, são mostradas 5 Agencias Publicas Autónomas com menor orçamento alocado. Entre os 5, a TATOLI, IP apresentou a maior taxa de execução, com 21%. E o INCT apresenta 13% do total dos gastos, enquanto IGT e Unidade de Missão para o Combate ao Stunting correspondem a mesma taxa de execução de 15%. E o INCSIDA, IP 18%.

### 6.3. Fundo Infraestrutura

Em 2024, o orçamento alocado para FI totaliza 301,354,787.00 USD, e registrou uma despesa de 1.4%, ou seja, 4,162,424.84 USD, no 1º trimestre. O FI implementa 25 programas, mas apenas 12 deles efetuaram gastos, conforme apresentado no gráfico 16. Os gastos variam entre 1% a 24%, respetivamente.

Gráfico 18: Programas do Fundo Infraestrutura que realizaram gastos no 1º trimestre



Fonte: IFMISU – MoF, abril 2024

#### 6.4. As entidades que não realizaram gastos no 1º trimestre

Tabela 1: Apresentam – se as 4 entidades que não realizaram os gastos

Entidades	Orçamento alocado	Despesas
Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação do Bambu	847,525.00	-
Millennium Challenges Accounts de Timor – Leste	11,150,000.00	-
Autoridade Nacional do Petróleo	9,237,452.00	-
Vice-Primeiro-Ministro para os Assuntos Económicos	400,000.00	-

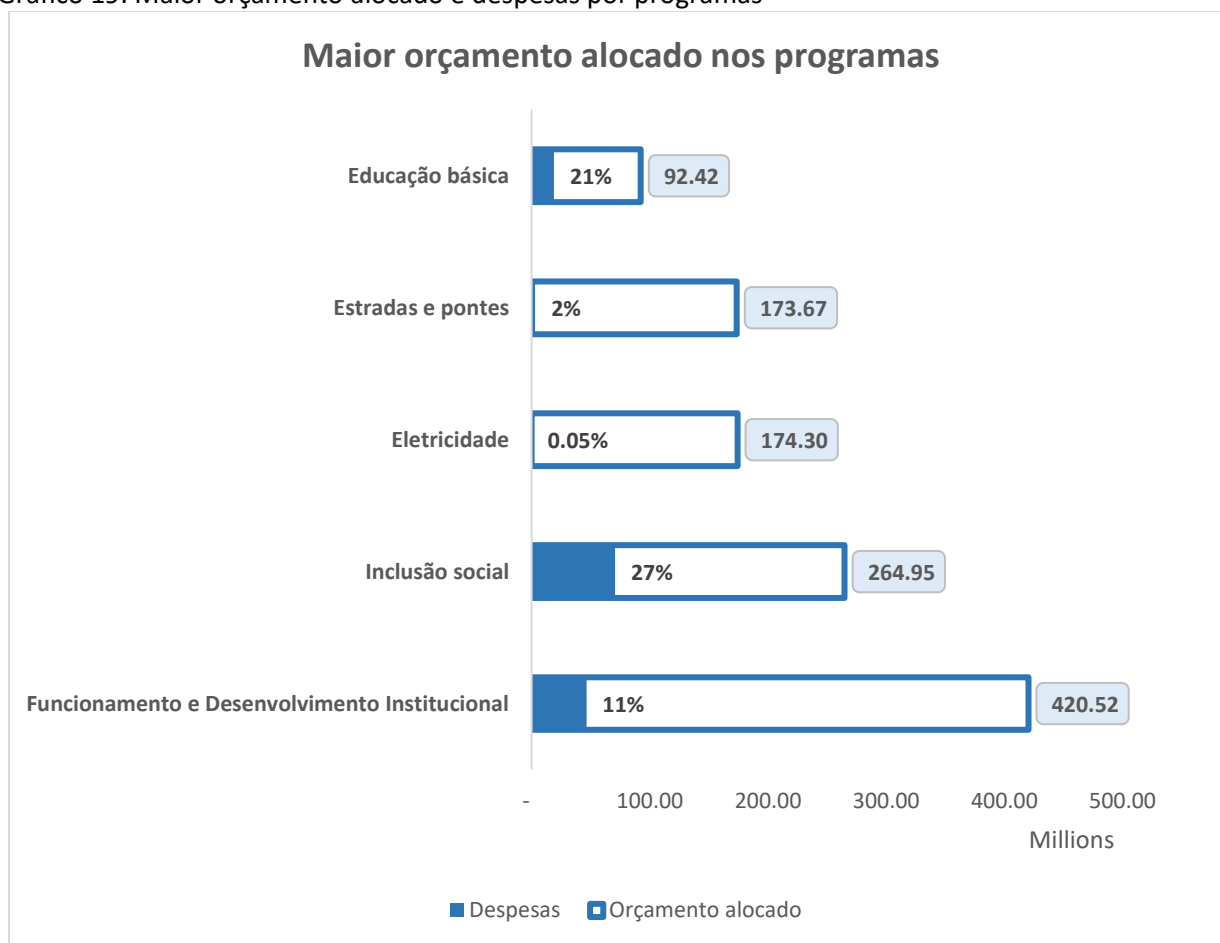
Fonte: IFMISU – MoF, abril 2024

Identificamos que, entre as 109 entidades, há 4 que não realizaram nenhum gasto no 1º trimestre. Pode verificar na tabela 1.

## 7. ORÇAMENTO POR PROGRAMAS

No OGE de 2024, o Governo implementa 81 programas. O gráfico a seguir apresenta o maior e o menor orçamento alocado nos programas.

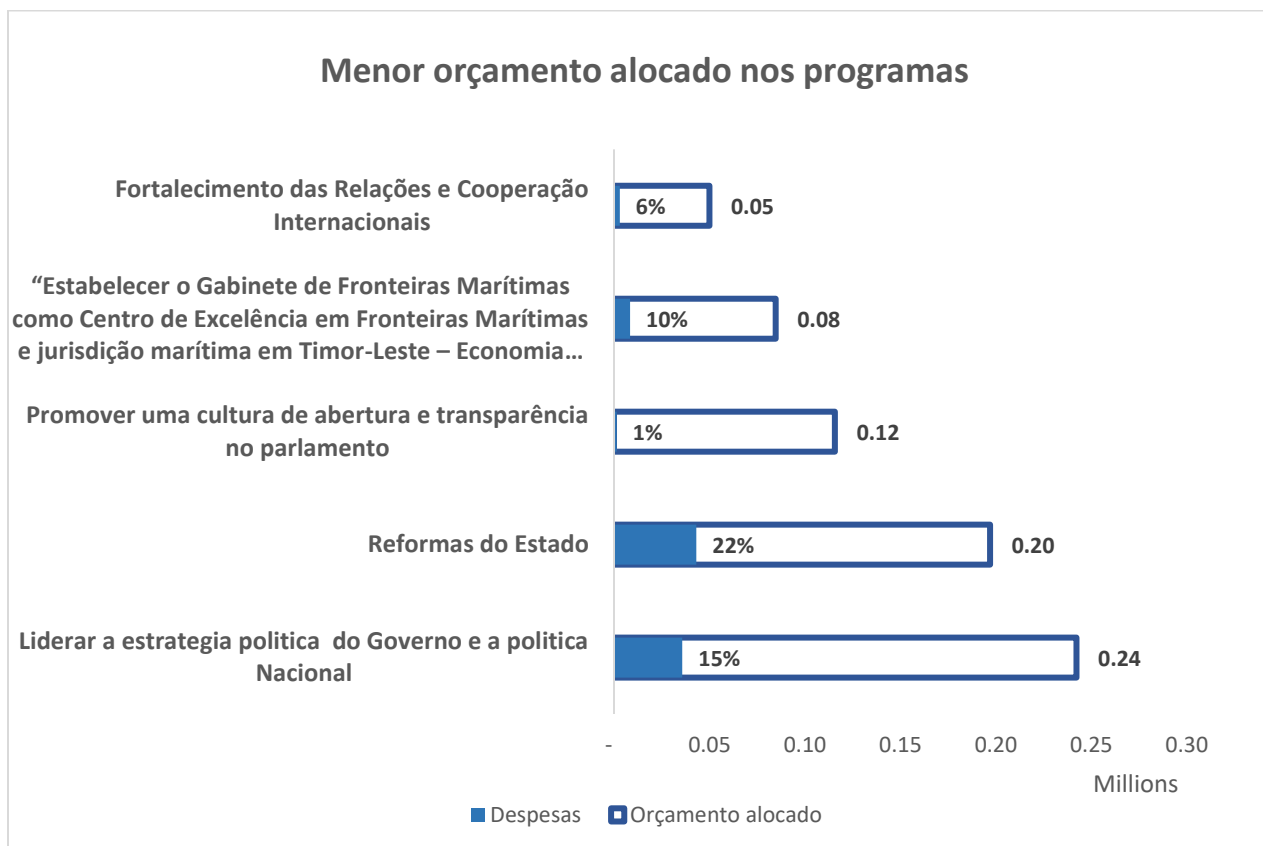
Gráfico 19: Maior orçamento alocado e despesas por programas



Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

Nota-se que o programa de *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional* foi o programa com maior orçamento alocado e corresponde uma taxa de execução de 11% e as despesas realizadas no programa de *Inclusão Social* atingiu 27% e programa de *Educação básica* com 21%. Entre os 5 programas, a execução mais fraca foi nos programas de *Eletricidade* e *Estradas e Pontes*, com 0% e 2%, respetivamente.

Gráfico 20: 5 Menor orçamento alocado nos programas



Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

No gráfico 20 são listados os cinco programas com menor orçamento alocado. No 1º trimestre, o programa de *Reformas do estado* apresentou uma taxa de execução de 22%, enquanto o programa *Promover uma cultura de abertura e transparência no parlamento* teve uma execução relativamente fraca de 1%. Em termos da execução, os outros 3 programas apresentaram taxas variando entre 6%, 10% e 15%, respetivamente.

### 7.1 Programas que não registraram despesas nos primeiros três meses

Conforme mostrado na tabela 2, entre os 81 programas, identifica-se que há 10 que não efetuaram nenhum gasto no 1º trimestre de 2024.

Tabela 2: Mostra 10 programas que não realizaram os gastos no I trimestre

Nº	PROGRAMAS
1	Regime Contributivo de Capitalização
2	Desenvolvimento e Fortalecimento de Áreas com Tratamento Administrativo e Económico Especial
3	Conectividade de infraestrutura
4	Gestão de Petróleo e Recursos Minerais
5	Desenvolvimento e Fortalecimento de Áreas com Tratamento Administrativo e Económico Especial
6	Regime Contributivo de Repartição
7	Administração da Segurança Social
8	Conectividade de infraestrutura
9	Estudo técnico e científico sobre os Recursos Minerais no território de Timor-Leste
10	Ensino superior

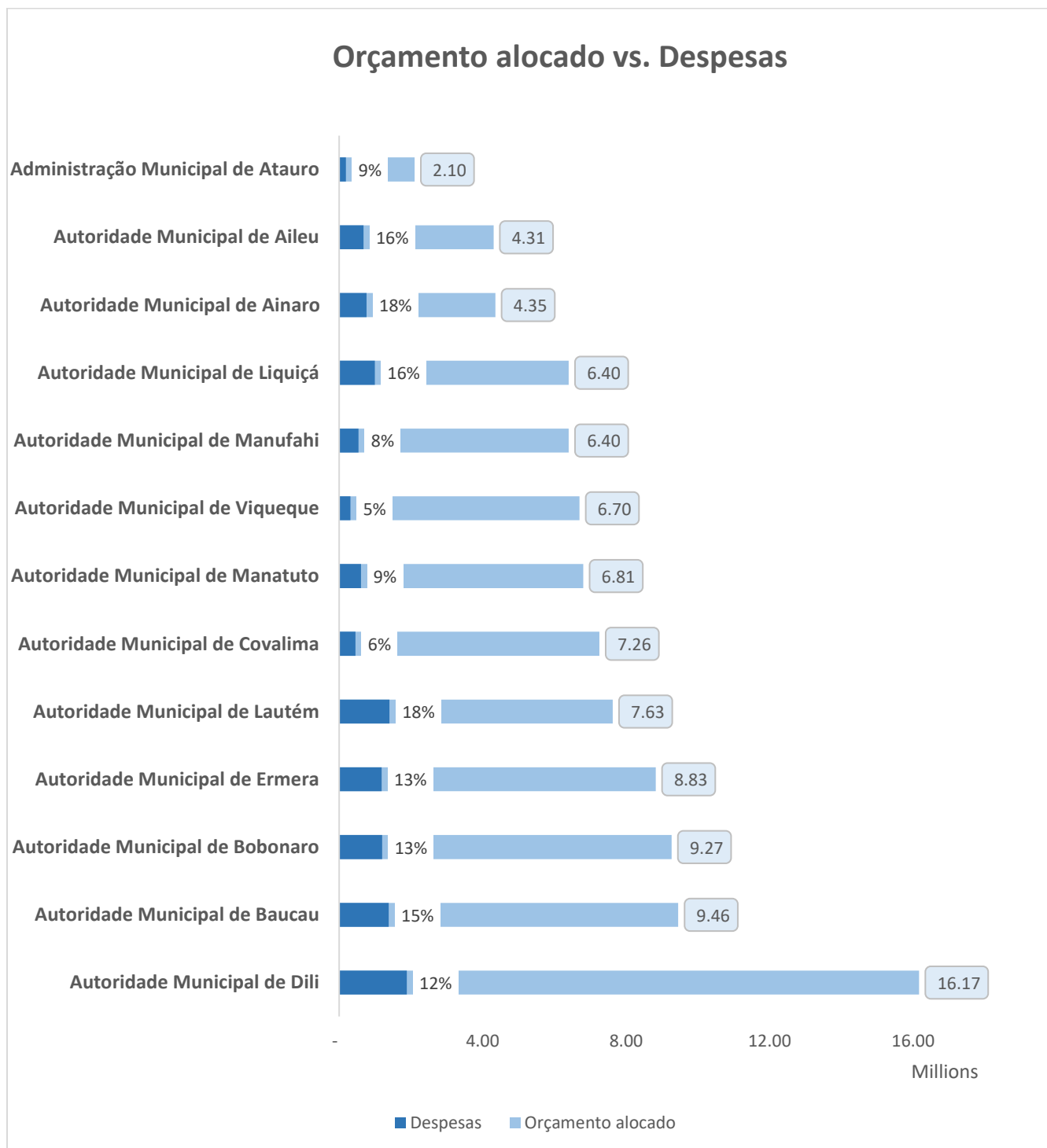
Fonte: IFMISU, MoF

## 8. AUTORIDADES MUNICIPAIS

O orçamento alocado para as Autoridades Municipais em 2024 foi de 93,583,518.00 USD, e as despesas realizadas atingiram 12% no 1º trimestre.

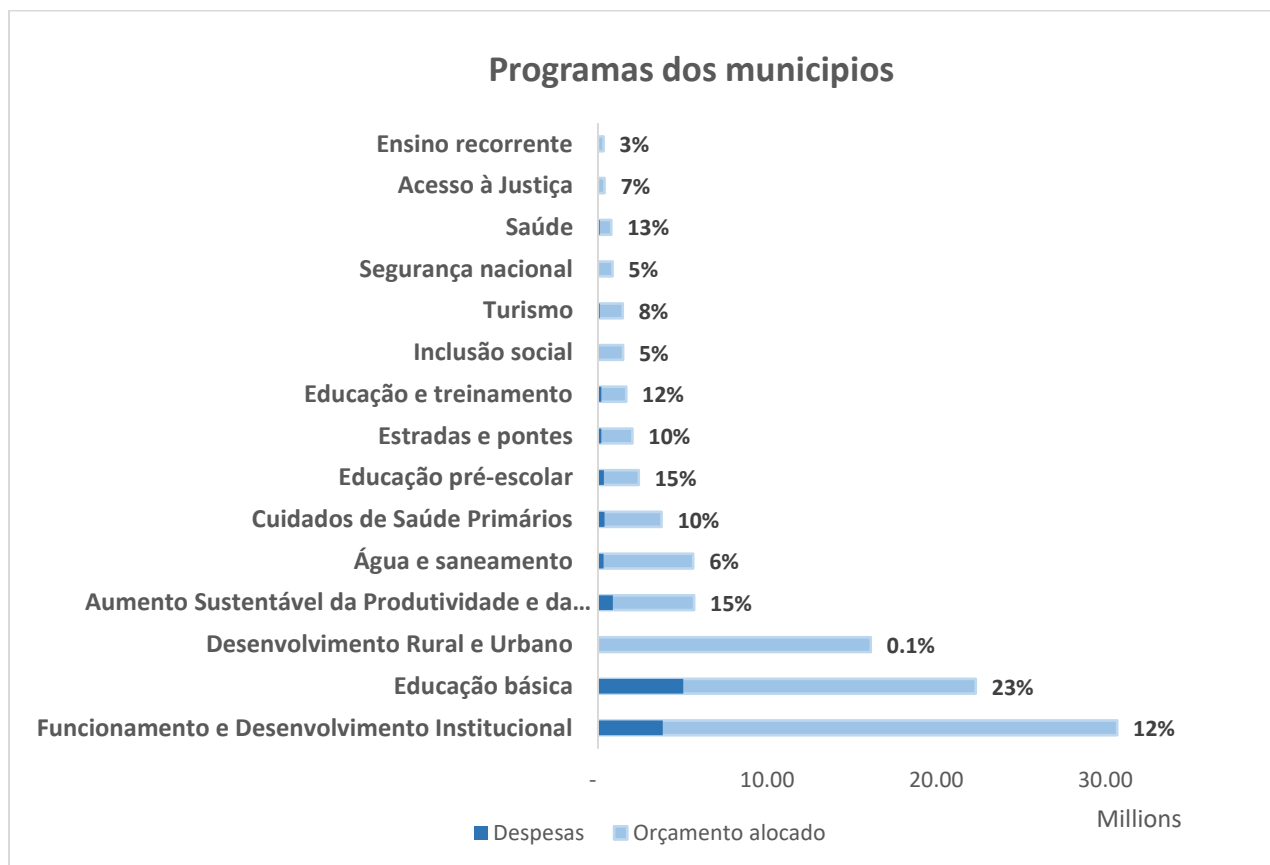
Observa-se que a AM Díli recebeu a maior fatia do orçamento, mas a execução corresponde apenas 12%. Enquanto isso, a AM Baucau, com segundo maior orçamento, apresentou uma taxa de execução de 15%. Por sua vez, as AM Aileu e AM Ainaro receberam os menores orçamentos e têm uma taxa de execução de 16% e 18%, respetivamente. E as demais autoridades municipais apresentam taxas de execução variando entre 5% a 10%, respetivamente.

Gráfico 21: Mostra orçamento alocados e despesas realizadas na Autoridade Municipais



Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

Gráfico 22: Execução do orçamento por programas nos municípios



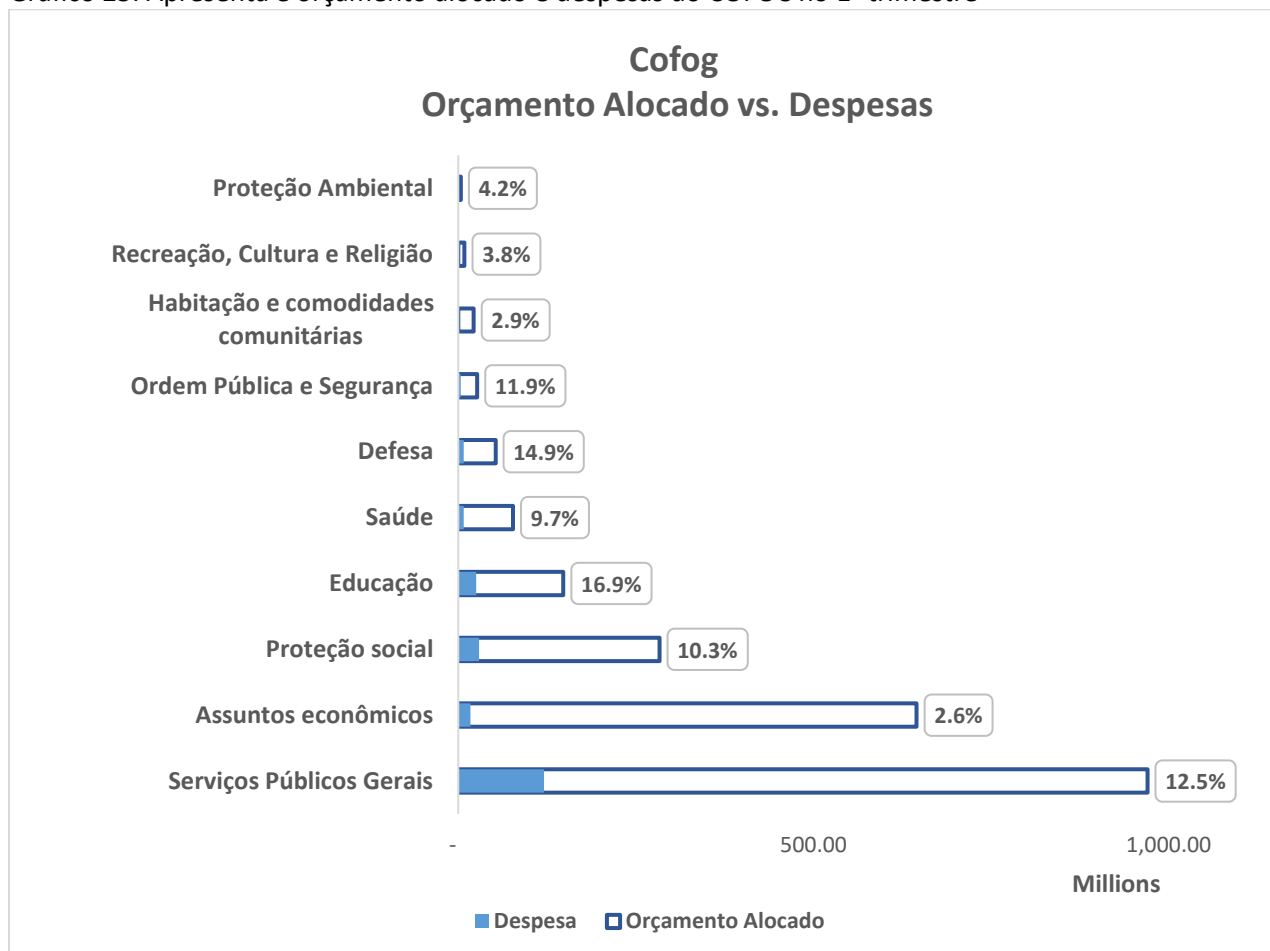
Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

Os programas implementados pelos municípios mostraram que programa de *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional* apresentou o maior orçamento alocado, enquanto o programa de *Educação básica* ficou em segundo lugar, ambos com uma taxa de execução correspondente de 12% e 23%, respetivamente. Por outro lado, os programas com menor execução no 1º foram os programas de *Desenvolvimento Rural e Urbano* (0.1%), *Ensino recorrente* (3%), *Segurança nacional* (5%), *Inclusão social* (5%), *Acesso à Justiça* (7%) e *Turismo* (8%).

## 9. COFOG

### 9.1 Classificação das Funções do Governo – COFOG

Gráfico 23: Apresenta e orçamento alocado e despesas do COFOG no 1º trimestre



Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

A maior parte do orçamento está destinada à classificação de *Serviços Públicos Gerais* e a execução da despesa evidencia um grau de execução de 12.5%. O *Assuntos econômicos* e *Proteção social* correspondem a taxas de execução de 2,6% e 10,3%, respectivamente. Em contrapartida, a *Proteção Ambiental* e *Recreação, Cultura e Religião* possuem os menores orçamentos alocados e apresentam taxas de execução relativamente menores no 1º trimestre.

## 10. Alterações Orçamentais

De acordo com a Lei de Gestão das Finanças Públicas, nº Artigo 13/2009, todos os Ministérios, Agências Publica Autónomas e Autoridades Municipais podem realizar as transferências dentro ou entre categorias. O limite do reajuste<sup>1</sup> é de 20% do orçamento total no nível de categoria determinado.

A lei proíbe LM, AAs e AMs fazem as transferências das categorias de SV e CD para outras categorias recorrentes. Contudo, ajustes podem ser feitos dentro das próprias categorias de SV e CD.

Tabela 3: Transferências entre as categorias no primeiro trimestre

Categorias	Orçamento Aprovado	Orçamento Final	Virement	% Virement
SV	472,413,105.00	475,490,900.82	3,077,795.82	0.7%
BS	386,778,107.00	384,475,121.18	(2,302,985.82)	-0.6%
TP	930,477,271.00	929,152,364.00	(1,324,907.00)	-0.1%
CM	35,703,883.00	36,253,980.00	550,097.00	1.5%
CD	412,246,289.00	412,246,289.00	0.00	0.0%
<b>Total</b>	<b>2,237,618,655.00</b>	<b>2,237,618,655.00</b>	<b>(0.00)</b>	

Fonte: IFMISU-MoF, abril 2024

No 1<sup>o</sup> trimestre de 2024, o OGE sofreu alteração de 0.16% entre as categorias. As transferências orçamentais ocorreram entre 19 das 109 entidades existentes, sendo que a maioria delas realizou as transferências dentro da própria entidade exceto o MSSI, que recebeu uma transferência da DGE no valor de 80,361.00 USD, para a categoria de SV.

Alterações orçamentais ocorreram entre as categorias económicas, conforme mostrado na tabela 2. O ajuste envolveu uma redução na categoria de BS em (0.6%) e TP em (0.1%), enquanto foi aumentado para as categorias de SV e CM. Exceto pela categoria CD, não houve alteração.

As informações detalhes devidas as transferências realizadas pelas entidades pode verificar-se na tabela abaixo.

<sup>1</sup> Podem verificar as regras de virement.

Tabela 4: Transferências orçamentais das entidades no 1º trimestre de 2024

Transferências orçamentais no 1º trimestre de 2024							
No	ENTIDADES	SV	BS	TP	CM	CD	Grand Total
1	MAE	426,768.00	302,679.00	(829,447.00)	100,000.00	-	-
2	MOP	429,000.00	(783,312.00)	-	354,312.00	-	-
3	MTC	736,437.00	(736,437.00)	-	-	-	-
4	MD	450,000.00	(450,000.00)	-	-	-	-
5	MJDAC	-	344,620.00	(344,620.00)	-	-	-
6	AM de Ainaro	211,237.00	(211,237.00)	-	-	-	-
7	SEFOPE	(84,000.00)	177,800.00	(93,800.00)	-	-	-
8	AM de Viqueque	175,301.00	(175,301.00)	-	-	-	-
9	AM Liquiçá	204,467.20	(147,427.20)	(57,040.00)	-	-	-
10	STAE	-	(142,780.00)	-	142,780.00	-	-
11	GFTM	133,755.82	(133,755.82)	-	-	-	-
12	INDIMO	124,321.60	(124,321.60)	-	-	-	-
13	AM de Dili	109,396.40	(109,396.40)	-	-	-	-
14	DGE	-	(80,361.00)	-	-	-	(80,361.00)
15	MSSI	125,411.80	(45,050.80)	-	-	-	80,361.00
16	MJ	-	39,200.00	-	(39,200.00)	-	-
17	AM de Manatuto	37,200.00	(22,200.00)	-	(15,000.00)	-	-
18	MI	-	(7,205.00)	-	7,205.00	-	-
19	ANAAA	(1,500.00)	1,500.00	-	-	-	-
	<b>Grand Total</b>	<b>3,077,795.82</b>	<b>(2,302,985.82)</b>	<b>(1,324,907.00)</b>	<b>550,097.00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: GRP – MoF, abril 2024

Na tabela 4 mostrou-se as alterações orçamentais que ocorreu durante o 1º trimestre deste ano, entre as 109 entidades das 19 que fizeram as transferências. A maioria fizeram transferências de categoria BS para SV para o pagamento dos funcionários, contratados nacionais e internacionais, as transferências de BS para CM para comprar os equipamentos necessários das entidades. Entre

as 19 entidades, o MAE realizou a maior transferência na categoria de TP para SV, BS e CM e a menor transferência foi realizada pela ANAAA de SV para BS.

Durante este período, houve apenas duas entidades que realizaram transferências da categoria SV para BS que não basearam nas regras das transferências orçamentais deste ano fiscal, especialmente as transferências que não podem ser realizadas na rubrica 50101 (salário de abonos regulares e permanentes) e outras categorias que podem se alterar no máximo 20%.

## 11. Receitas recolhidas

### 11.1. Receitas da Administração Central

Nesta seção, demonstra a arrecadação das receitas das entidades em relação ao 1º trimestre de 2024, o subsetor da Administração Central arrecadou 2.3%, ou seja, 41,655,044.81 USD. Pode observar na tabela abaixo.

Tabela 4: Receitas do subsetor da Administração Central, por classificação econômica

Rúbrica	Categorias	Orçamento original	Receitas arrecadadas	%
401	Impostos e Contribuições para a Segurança Social	156,788,756.00	32,974,005.38	21%
402	Taxas, coimas e outras penalidades	26,617,671.00	896,661.66	3%
403	Rendimentos	6,837,795.00	302,896.90	4%
404	Transferências	1,392,764,155.00	-	0%
405	Venda de Bens e Serviços	1,991,623.00	2,213,868.45	111%
406	Ativos e Passivos Financeiros	25,000,000.00	-	0%
407	Reposições não Abatidas nos Pagamentos	-	380,650.58	100%
408	Saldo de Gerência	220,000,000.00	-	0%
409	Outras Operações Extraorçamentais	-	4,886,961.84	100%
<b>Total</b>		<b>1,830,000,000.00</b>	<b>41,655,044.81</b>	<b>2.3%</b>

Fonte: GRP – MoF, abril 2024

Entre os tipos de receitas apresentadas, *Impostos e Contribuições para a Segurança Social* representaram maiores receitas recolhidas no 1º trimestre, com 21%, enquanto, *Venda de Bens e Serviços* conforme o orçamento previsto no OGE, as receitas recolhidas ultrapassaram

efetivamente o montante previsto. Nas outras categorias como *Taxas, coimas e outras penalidades* e *Rendimentos* recolheram receitas de 3% e 4%, respetivamente.

Enquanto isto, as *Transferências, Ativos e passivos financeiros* e *Saldo de Gerência* seguiram orçamento previsto, mas não arrecadaram as receitas. Por lado, *Reposições não Abatidas nos Pagamentos* e *Outras Operações Extraorçamentais* para as quais não há orçamento previsto, mas captaram receitas. Portanto, sugerimos que seja necessário prever o orçamento para este tipo de receitas, a fim de estimar o valor que precisa ser arrecadado.

Gráfico 24: Ilustra a execução das receitas nas diferentes rubricas no subsetor Administração Central



Fonte: GRP – MoF, abril 2024

## 11.2. Receitas da RAEOA

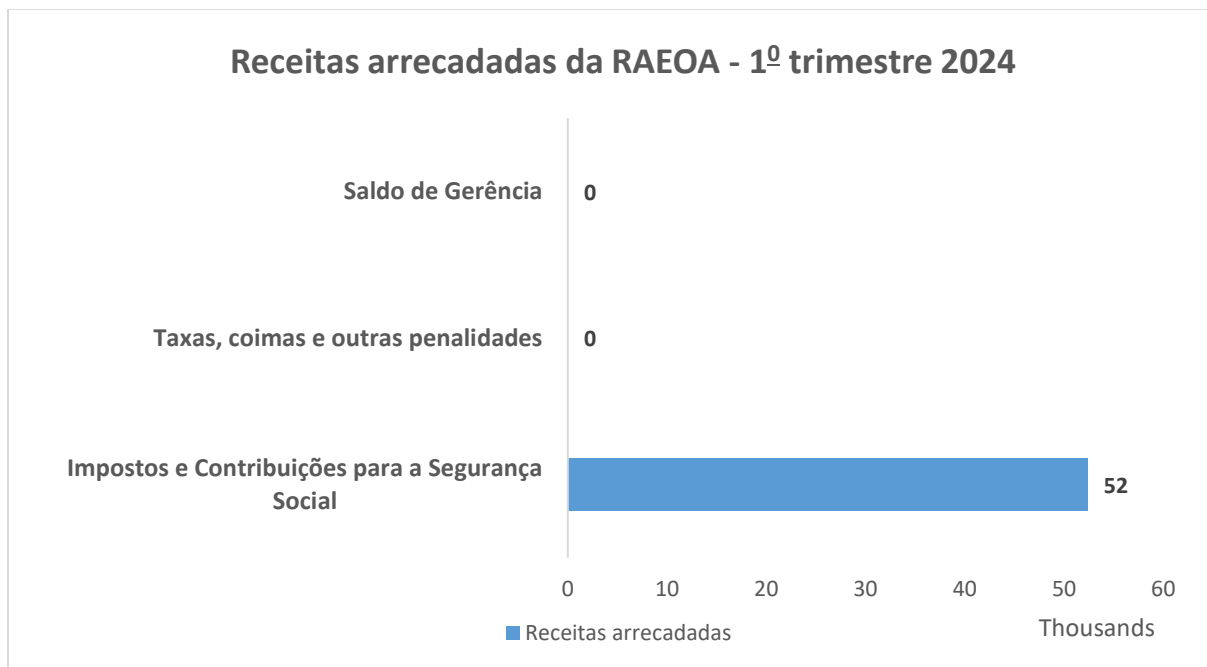
No 1º trimestre, a receita recolhida pela RAEOA foi 0,07%, ou seja, 52,387 USD. Os tipos de receitas apresentadas incluem apenas *Impostos e Contribuições para a Segurança Social* que apresentam as receitas sendo que não há orçamento previsto, enquanto isso, as outras duas categorias têm orçamento previsto, mas não houve arrecadação.

Tabela 5: Receitas do subsetor da RAEOA do 1º trimestre

Rúbricas	Categorias	Orçamento original	Receitas arrecadadas	%
401	Impostos e Contribuições para a Segurança Social	0	52,387	100.00%
402	Taxas, coimas e outras penalidades	2,292,495	0	0.00%
408	Saldo de Gerência	78,000,000	0	0.00%
<b>Total</b>		<b>80,292,495</b>	<b>52,387</b>	<b>0.07%</b>

Fonte: GRP – MoF, abril 2024

Gráfico 24: Receitas arrecadadas da RAEOA - 1º trimestre 2024



Fonte: GRP – MoF, abril 2024